



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
COORDENAÇÃO DE CONTROLE INTERNO**

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA - 2009

Conforme determina a IN CGU nº 01, de 03 de dezembro de 2007, apresentamos o Relatório Anual de Atividades de Auditoria interna contendo o relato sobre as atividades desenvolvidas no exercício de 2009, em função das ações planejadas constantes do PAINT/2009 para o referido exercício.

I - Descrição das ações de auditoria interna realizadas pela entidade.

No exercício de 2009, a CCI elaborou os relatórios nº 01/09, 02/09, 03/09, 04/09, 05/09 e 06/2009 nas áreas: Controles da Gestão, Gestão Orçamentária, Gestão Financeira, Desenvolvimento Institucional e Capacitação, Gestão de Recursos Humanos e Gestão de Suprimento de Bens e Serviços, Convênios e Contratos abrangendo o Campus São Cristóvão. O escopo para cada área obedeceu ao especificado no PAINT/2009.

Durante o período de 05 de janeiro a 23 de dezembro de 2009 os trabalhos de auditoria foram realizados por 02 servidores nas atividades de auditagem, sendo que a partir de setembro foi lotada na CCI uma estagiária a fim de auxiliar nos trabalhos, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao serviço público federal, sem que nenhuma restrição fosse imposta pelos dirigentes da entidade ao nosso trabalho, cujos exames foram realizados por amostragem não probabilística, e os resultados encontram-se expressos nos relatórios de auditoria que foram encaminhados ao dirigente máximo da entidade para conhecimento das recomendações às constatações apontadas pela equipe de auditoria da Coordenação de Controle Interno.

II - Registro quanto à implementação ou cumprimento, pela entidade, ao longo do exercício, de recomendação ou determinações efetuadas pelos órgãos central e setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal pelo Conselho Fiscal ou órgão equivalente da entidade.

a) Recomendações ou determinações oriundas da Controladoria Geral da União:

Documento/data	Recomendações	Cumprimento
<p>Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.</p>	<p>1.1.2.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Aprimorar os controles patrimoniais internos e exigir, das fundações de apoio nos contratos e convênios regidos pela Lei 8.958/1994, a imediata incorporação e o registro patrimonial dos bens adquiridos durante a execução do contrato, conforme item 7.13 da IN SEDAP nº 205/88 e Acórdãos TCU nºs 2259/2007 Plenário e 253/2007 Plenário.</p>	<p>IMPLEMENTADA PARCIALMENTE <i>(As ações do Campus de Itabaiana ainda estão sendo concluídas)</i></p>
<p>Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.</p>	<p>1.1.3.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Abster-se de contratar a FAPese, ao amparo da Lei nº 8.958/1994, para atividades de gerenciamento ou operação de serviços de saúde, por não se constituírem objeto válido de contratação nos termos do art. 1º da mesma Lei, em cumprimento à determinação do Tribunal de Contas da União (TCU), conforme Acórdão nº 1123/2005-Plenário.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 Apurar a responsabilidade pelo descumprimento reiterado da determinação do TCU quanto a proibição de contratar a FAPese para atividades de gerenciamento ou operação de serviço de saúde, contida no Acórdão nº 1123/2005 - Plenário.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 003 Restituir à Universidade Federal de Sergipe, devidamente corrigido, o montante de R\$ 276.000,00 (duzentos e setenta e seis mil reais), correspondente à soma dos repasses mensais de janeiro a dezembro/2008 efetuados à FAPese, a título de</p>	<p>IMPLEMENTADA</p> <p>IMPLEMENTADA</p> <p>NÃO IMPLEMENTADA</p>

	ressarcimento de custos operacionais pelo gerenciamento das atividades, mediante os contratos nº 779.050/2007 e nº 001/2008.	
Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.	1.1.3.2 RECOMENDAÇÃO: 001 Elaborar prévia e detalhadamente os planos de trabalho referentes a cada projeto contratado com a fundação de apoio, conforme disposto no art. 7º, §§ 2º e 9º, da Lei nº 8.666/93.	IMPLEMENTADA
Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.	1.1.3.3 RECOMENDAÇÃO: 001 Abster-se de efetuar repasses antecipados de recursos da universidade para a fundação de apoio, contrariando-se os arts. 62 e 63 da Lei nº 4.320/64.	IMPLEMENTADA
Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.	1.1.3.4 RECOMENDAÇÃO: 001 Efetuar lançamentos contábeis que realmente evidenciem os fatos ligados à administração orçamentária, financeira patrimonial e industrial, relativos aos contratos e convênios firmados com a fundação de apoio, obedecendo o disposto no art. 89 da Lei 4.320/64. RECOMENDAÇÃO: 002 Exigir que a FAPese adote classificação contábil similar à adotada pela contabilidade pública nos demonstrativos e/ou prestações de contas relativos à aplicação dos recursos repassados.	IMPLEMENTADA IMPLEMENTADA
Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.	1.1.3.5 RECOMENDAÇÃO: 001 Restituir à Universidade Federal de Sergipe, devidamente corrigido, o montante de R\$ 13.651,95 (treze mil, seiscentos e cinquenta e um reais e noventa e cinco centavos), correspondente à soma dos pagamentos indevidos com	IMPLEMENTADA PARCIALMENTE (A FAPese não efetuou a restituição)

	CPMF, juros e tarifas bancárias ocorridos pelo gerenciamento dos recursos pela FAPESSE, mediante os contratos nº 779.050/2007 e nº 001/2008.	
Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.	<p>1.1.3.6 RECOMENDAÇÃO: 001 Abster-se de designar o mesmo servidor para as funções de ordenação de despesa e de fiscalização, o que contraria o princípio da segregação de funções fixado pela IN/SFC nº 01/2001, Capítulo VII, Seção VIII, item 3, inciso IV (Acórdão TCU 2731/2008 - Plenário e 822/2006 - 2ª Câmara).</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 Exercer periódica e efetivamente a fiscalização e acompanhamento da execução dos contratos firmados com a fundação de apoio, conforme art. 67 da Lei nº 8.666/93.</p>	<p><i>IMPLEMENTADA</i></p> <p><i>IMPLEMENTADA</i></p>
Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.	<p>1.1.3.7 RECOMENDAÇÃO: 001 Planejar as compras para que se evitar a realização de despesas que caracterizem fracionamento de despesa, observando-se o princípio da anualidade c/c art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 Exigir a comprovação de regularidade fiscal (INSS e FGTS) das empresas contratadas, obedecendo-se os itens 1.3 e 8.8 da IN MARE nº 05/95.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 003 Exigir o atesto, na nota fiscal ou documento equivalente, do recebimento dos bens ou serviços contratados, conforme art. 73 da Lei nº 8.666/93.</p>	<p><i>IMPLEMENTADA</i></p> <p><i>NÃO IMPLEMENTADA</i></p> <p><i>IMPLEMENTADA</i></p>
Relatório de	1.1.3.8 RECOMENDAÇÃO: 001	<i>IMPLEMENTADA</i>

<p>Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.</p>	<p>Abster-se de autorizar pagamentos de diárias e de suprimentos de fundos diretamente a servidores, sem utilização, respectivamente, do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP e do Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF, conforme disposto nos Decretos nº 5.992/2006, 5.355/2005 e na IN STN nº 04/2004, e prejudicando a divulgação de dados e informações, por meio da Rede Mundial de Computadores - Internet, já que não há alimentação do banco de dados do Portal da Transparência, infringindo o Decreto nº 5.482/2006 e a Portaria Interministerial nº 140/2006.</p>	
<p>Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.</p>	<p>1.1.3.9 RECOMENDAÇÃO: 001 Abster-se de autorizar pagamentos a fornecedor cujo contrato emergencial já tenha expirado, evitando-se, assim, burla ao disposto no art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, que veda expressamente a prorrogação do respectivo termo contratual.</p>	<p>IMPLEMENTADA</p>
<p>Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.</p>	<p>1.1.3.10 RECOMENDAÇÃO: 001 Adotar medidas para agilizar e atualizar os procedimentos relativos aos controles financeiros do Hospital Universitário, evitando-se o uso excessivo de controles por meio de planilhas tipo "excel" com a adoção de sistemas informatizados que possibilitem a produção de relatórios gerenciais com dados mais precisos e amplos.</p>	<p>NÃO IMPLEMENTADA</p>
<p>Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de</p>	<p>1.1.3.11 RECOMENDAÇÃO: 001 Exigir a prestação de contas por parte da fundação de apoio, conforme art. 3º, II, da Lei 8.958/94.</p>	<p>IMPLEMENTADA</p>

	<p>art. 4º, § 2º, da Portaria MPOG nº 41/2005.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 Vedar a utilização do CPGF para pagamento de despesas que não se enquadrem nas hipóteses previstas no art. 4º da Portaria MPOG nº 41/2005, e especialmente nos artigos 45, 46 e 47 do Decreto nº 93.872/1986, observando-se o caráter excepcional da despesa e a possibilidade de subordinar-se ao processo normal de aplicação.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 003 Relacionar os suprimentos concedidos, verificando sua finalidade, com os objetivos do programa/ação correspondentes na LOA.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 004 Observar os limites máximos permitidos para cada despesa, sendo vedado o fracionamento nos termos da Portaria nº 95/2002 do Ministério da Fazenda.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 005 Exigir do suprido que identifique o nº patrimonial dos bens móveis ou nº da placa dos veículos nos comprovantes das despesas realizadas para sua manutenção, permitindo, assim, o controle dos custos de recuperação e análise de sua viabilidade econômica e oportunidades, conforme orientação da IN SEDAP nº 205/88.</p>	<p><i>IMPLEMENTADA</i></p> <p><i>IMPLEMENTADA</i></p> <p><i>IMPLEMENTADA</i></p> <p><i>IMPLEMENTADA</i></p>
<p>Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.</p>	<p>3.1.2.2 RECOMENDAÇÃO: 001 Exigir dos supridos justificativas para os gastos excessivos com combustível nas viagens realizadas com utilização do CPGF nos suprimentos nºs. 28/08, 41/08,</p>	<p><i>IMPLEMENTADA</i></p>

	<p>42/08, 53/08, 64/08, 70/08 e 73/08, e avaliá-las, exigindo devolução de recursos para os casos em que houve utilização indevida do CGPF, bem como apuração de responsabilidade dos envolvidos, se for o caso.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 Obter justificativas do suprido de CPF ***.937.985-** e outros servidores envolvidos, quanto à realização de deslocamento indevido de João Pessoa à Campina Grande (ida e volta), visto que tal trecho, realizado dois dias antes do dia de retorno, não estava previsto na viagem autorizada pelo concedente, para adoção das medidas necessárias.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 003 Doravante, realizar melhor controle dos gastos com combustível incorridos em viagens com utilização do CPGF, inserindo, no processo de suprimento, planilha de previsão de percurso e quilometragem a ser percorrida, estimativa de consumo e custo da viagem (quantidade de litros de combustível); bem como planilha de controle de custos incorridos com a viagem para análise e comparação com o previsto, onde se registre as datas de partida e chegada com as respectivas quilometragens de velocímetro e quantidades de combustível indicadas no marcador do veículo e, ainda, todos os eventos ocorridos, indicando-se data, quilometragem do velocímetro, percurso (inclusive dentro da cidade de destino), quilometragem percorrida, quantidade de litros de combustível do abastecimento, exigindo justificativas e, se for o caso, reparação por</p>	<p><i>IMPLEMENTADA</i></p> <p><i>IMPLEMENTADA</i></p>
--	--	---

	parte dos supridos sempre que forem verificados gastos excessivos ou alteração da rota inicialmente prevista.	
Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.	<p>3.1.2.3 RECOMENDAÇÃO: 001 Exigir dos supridos justificativas para os gastos excessivos com manutenção nas viagens realizadas com utilização do CPGF nos suprimentos n.ºs. 39/08, 63/08, 64/08, 70/08 e 73/08.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 Avaliar as justificativas apresentadas, exigindo devolução de recursos para os casos em que houve utilização indevida do CGPF, bem como apuração de responsabilidade dos envolvidos, se for o caso.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 003 Doravante, realizar melhor controle dos gastos de manutenção de veículos incorridos em viagens com utilização do CPGF, avaliando-se a real necessidade do conserto, considerando-se o acompanhamento da manutenção do veículo, exigindo-se justificativas, retorno das peças trocadas com atesto de conformidade da empresa regularmente contratada para a manutenção e, se for o caso, reparação por parte dos supridos sempre que forem verificados gastos excessivos.</p>	<p><i>IMPLEMENTADA</i></p> <p><i>IMPLEMENTADA</i></p> <p><i>NÃO IMPLEMENTADA</i></p>
	<p>3.1.2.4 RECOMENDAÇÃO: 001 Exigir do responsável pela Divisão de Transportes da unidade que realize controle de acompanhamento dos gastos incorridos com abastecimento e manutenção dos veículos, mantendo-os devidamente atualizados, conforme IN MPOG n.º 01, de 21/06/2007.</p>	<p><i>IMPLEMENTADA</i> <i>PARCIALMENTE</i> <i>(O novo software de controle está em fase de desenvolvimento pelo CPD)</i></p>
	Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.	

<p>Relatório de de Auditoria de de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.</p>	<p>3.1.3.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Aprimorar os controles patrimoniais internos e exigir, das fundações de apoio nos contratos e convênios regidos pela Lei 8.958/1994, a imediata incorporação e o registro patrimonial dos bens adquiridos durante a execução do contrato, conforme item 7.13 da IN SEDAP nº 205/88 e Acórdãos TCU nºs 2259/2007 Plenário e 253/2007 Plenário.</p>	<p>IMPLEMENTADA PARCIALMENTE <i>(Ações estão sendo implementadas no sentido de garantir os controles patrimoniais internos junto a FAPESE).</i></p>
<p>Relatório de de Auditoria de de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.</p>	<p>3.1.4.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Adotar procedimento efetivo para exigir dos beneficiários de passagens aéreas a apresentação de canhotos de embarque e relatório circunstanciado de viagem, no prazo máximo de cinco dias, contado do retorno da viagem, para que componha a respectiva prestação de contas, conforme disposto nas Portarias MP 98/2003 (art. 3º) e MEC 4.014/2005 (art. 4º).</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 Tomar as providências necessárias para obrigar o beneficiário a devolver os recursos de diárias e passagens, caso a apresentação da prestação de contas seja inadequada, conforme disposto no art. 5º da Portaria MEC nº 4.014/2005.</p>	<p>IMPLEMENTADA</p> <p>IMPLEMENTADA</p>
	<p>3.1.4.2 RECOMENDAÇÃO: 001 Promover análise rigorosa dos motivos e períodos dos pedidos de concessão de passagens e diárias, especialmente aqueles que incluam sábados, domingos e feriados, bem como a verificar se os objetivos foram devidamente alcançados, mediante análise dos relatórios circunstanciados de viagens, que devem conter</p>	<p>IMPLEMENTADA</p>

	<p>documentação comprobatória dos eventos e atividades justificadoras da viagem, atendendo ao disposto no Decreto nº 5992/2006 (artigos 1º, 2º, 5º e 7º), e na Portaria MEC nº 4014/2005.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 Determinar o ressarcimento dos valores pagos indevidamente.</p>	<i>IMPLEMENTADA</i>
Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.	<p>3.1.4.3 RECOMENDAÇÃO: 001 Disponibilizar mecanismo de controle interno ao responsável pela formalização dos processos de concessão de diárias, para que possam efetuar consulta sobre a situação funcional do servidor, especialmente quanto ao seu período de férias.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 Determinar o ressarcimento dos valores pagos indevidamente.</p>	<i>IMPLEMENTADA</i> <i>IMPLEMENTADA</i>
Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.	<p>3.1.4.4 RECOMENDAÇÃO: 001 Proceder a análise das despesas incorridas com deslocamentos e, para as despesas sem comprovação, realizar procedimento administrativo para avaliar responsabilidades e para proceder ao ressarcimento dos valores pagos indevidamente.</p>	<i>IMPLEMENTADA PARCIALMENTE</i> <i>(A GRU foi encaminhada a servidora que até o momento não efetuou seu pagamento)</i>
Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.	<p>3.1.4.5 RECOMENDAÇÃO: 001 Classificar doravante os gastos de diárias em programas/ações pertinentes.</p>	<i>IMPLEMENTADA</i>
Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.	<p>3.1.5.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Realize procedimento licitatório na modalidade pertinente, quando necessário, para a contratação de serviço de manutenção/modernização de elevador, abstendo-se de</p>	<i>IMPLEMENTADA</i>

	contratar por inexigibilidade de licitação.	
Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.	3.1.5.2 RECOMENDAÇÃO: 001 Abster-se de contratar, de forma casuística, a FAPESE, elastecendo-se a interpretação do conceito de desenvolvimento institucional, transferindo-se para a fundação a execução de atividades de gerenciamento de serviços administrativos permanentes da unidade, Tais como o de compras e de execução financeira, sem um projeto específico relativo à finalidade de apoiar projetos de pesquisa, ensino e extensão e desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse da universidade.	IMPLEMENTADA
Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.	3.1.5.3 RECOMENDAÇÃO: 001 Elaborar prévia e detalhadamente os planos de trabalho referentes a cada projeto contratado com a fundação de apoio, conforme disposto no art. 7º, §§ 2º e 9º, da Lei nº 8.666/93.	IMPLEMENTADA
Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.	3.1.5.4 RECOMENDAÇÃO: 001 Abster-se de efetuar repasses antecipados de recursos da universidade para a fundação de apoio, contrariando-se os arts. 62 e 63 da Lei nº 4.320/64. RECOMENDAÇÃO: 002 Exigir da FAPESE a comprovação efetiva dos custos operacionais incorridos para verificação da adequação dos valores estimados no plano de trabalho.	IMPLEMENTADA IMPLEMENTADA
Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano	3.1.5.5 RECOMENDAÇÃO: 001 Efetuar lançamentos contábeis que realmente evidenciem os fatos ligados à	IMPLEMENTADA

<p>de Providências 2009.</p>	<p>administração orçamentária, financeira patrimonial e industrial, relativos aos contratos e convênios firmados com a fundação de apoio, obedecendo o disposto no art. 89 da Lei 4.320/64.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 Exigir que a FAPese adote classificação contábil similar à adotada pela contabilidade pública nos demonstrativos e/ou prestações de contas relativos à aplicação dos recursos repassados.</p>	<p>IMPLEMENTADA</p>
<p>Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.</p>	<p>3.1.5.6 RECOMENDAÇÃO: 001 Abster-se de designar o mesmo servidor para as funções de ordenação de despesa e de fiscalização, o que contraria o princípio da segregação de funções fixado pela IN/SFC nº 01/2001, Capítulo VII, Seção VIII, item 3, inciso IV (Acórdão TCU 2731/2008 - Plenário e 822/2006 - 2ª Câmara).</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 Exercer periódica e efetivamente a fiscalização e acompanhamento da execução dos contratos firmados com a fundação de apoio, conforme art. 67 da Lei nº 8.666/93.</p>	<p>IMPLEMENTADA PARCIALMENTE <i>(As providências ainda estão em fase de desenvolvimento)</i></p> <p>IMPLEMENTADA PARCIALMENTE <i>(As providências ainda estão em fase de desenvolvimento)</i></p>
<p>Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.</p>	<p>3.1.5.7 RECOMENDAÇÃO:001 Abster-se de adquirir bens que não tenham relação com o objeto do contrato firmado com a fundação de apoio.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 Planejar as compras para que se evite a realização de despesas que caracterizem fracionamento de despesa, observando-se o princípio da anualidade c/c art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93.</p>	<p>IMPLEMENTADA PARCIALMENTE <i>(As providências ainda estão em fase de desenvolvimento)</i></p> <p>IMPLEMENTADA PARCIALMENTE <i>(As providências ainda estão em fase de desenvolvimento)</i></p>

	<p>RECOMENDAÇÃO: 003 Exigir a comprovação de regularidade fiscal (INSS e FGTS) das empresas contratadas, obedecendo-se os itens 1.3 e 8.8 da IN MARE nº 05/95.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 004 Exigir o atesto, na nota fiscal ou documento equivalente, do recebimento dos bens ou serviços contratados, conforme art. 73 da Lei nº 8.666/93.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 005 Exigir que qualquer solicitação de compra apresente a devida justificativa para a necessidade de aquisição de bens ou serviços, de acordo com o princípio da motivação disposto nos artigos 2º e 50 da Lei nº 9.784/99.</p>	<p>IMPLEMENTADA</p> <p>NÃO IMPLEMENTADA <i>(As providências ainda estão em fase de desenvolvimento)</i></p> <p>IMPLEMENTADA PARCIALMENTE <i>(As providências ainda estão em fase de desenvolvimento)</i></p>
Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.	<p>3.1.5.8 RECOMENDAÇÃO: 001 Não permitir que a FAPese mantenha sobras dos recursos em suas contas, sem transferi-las para a conta única do Tesouro Nacional da UFS, obedecendo a regra da unidade de tesouraria evidenciada nos arts. 56 da Lei n.º 4.320/64 e 1º do Decreto n.º 93.872/86.</p>	IMPLEMENTADA
Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.	<p>3.1.5.9 RECOMENDAÇÃO: 001 Não permitir, nos contratos e convênios com fundações de apoio regidos pela Lei 8.958/1994, a sub-contratação total do objeto ou a sub-contratação das parcelas mais relevantes por parte dessas fundações, bem assim a sub-contratação de outras fundações de apoio como executora da totalidade ou mesmo de partes do projeto, conforme Acórdão TCU nº</p>	IMPLEMENTADA

	2731/2008 - Plenário.	
Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.	<p>3.1.6.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Determinar o ressarcimento de R\$ 530,43, pagos indevidamente ao coordenador da CCV.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 Apurar a responsabilidade acerca do pagamento de diárias em valor unitário superior ao previsto no Decreto nº 5992/2006, tendo em vista que restou caracterizada burla a legislação pertinente, onde o próprio autorizador da despesas e fiscal do contrato foi beneficiário das diárias.</p>	<p><i>NÃO IMPLEMENTADA</i></p> <p><i>NÃO IMPLEMENTADA</i></p>
Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.	<p>3.1.6.2 RECOMENDAÇÃO: 001 Determinar o ressarcimento de R\$111,33 por parte do servidor de CPF Nº ***.796.844-** e R\$152,33 pelo servidor de CPF Nº ***.191.244-**.</p>	<i>IMPLEMENTADA</i>
Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.	<p>3.1.6.3 RECOMENDAÇÃO: 001 Promova a substituição gradual dos funcionários citados por servidores concursados, de forma a não haver prejuízos aos serviços públicos prestados pela Coordenação de Concurso Vestibular da Fundação Universidade Federal de Sergipe, observando-se que os pagamentos de eventuais multas rescisórias não deverão ser custeadas com recursos públicos, sob pena de apuração de responsabilidades.</p>	<i>NÃO IMPLEMENTADA</i>
Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.	<p>3.1.6.4 RECOMENDAÇÃO: 001 Adotar rotina de acompanhamento dos contratos vigentes, em específico dos prazos de vigência, para aplicação de procedimentos pertinentes de licitação para novas aquisições / contratações.</p>	<i>NÃO IMPLEMENTADA</i>

<p>Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.</p>	<p>3.1.6.5 RECOMENDAÇÃO: 001 Adotar as medidas necessárias para que sejam debitados dos valores a serem pagos à contratada o montante de R\$2.977,33 referentes à inclusão indevida de CPMF na planilha de composição do BDI da licitante vencedora.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 003 Promover o devido ajuste no percentual do BDI, expurgando a incidência da CPMF, adotando-o para os pagamentos oriundos de eventuais aditivos contratuais.</p>	<p><i>IMPLEMENTADA</i></p>
<p>Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.</p>	<p>3.1.6.6 RECOMENDAÇÃO: 001 Examinar os contratos celebrados com a FAPESSE, especialmente àqueles para execução de projetos, designando para fiscais de contrato servidores que não ocupem a função de autorizador de despesas no mesmo instrumento legal de repasse.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 003 Efetue análise das despesas de viagens realizadas pelo gestor do contrato para avaliar sua efetividade e, se for o caso, requerer sua devolução.</p>	<p><i>IMPLEMENTADA</i></p> <p><i>IMPLEMENTADA</i></p>
<p>Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.</p>	<p>3.1.6.7 RECOMENDAÇÃO: 001 Elaborar prévia e detalhadamente os planos de trabalho referentes a cada projeto contratado, especialmente com a FAPESSE, propiciando transparência e controle efetivo das despesas e sua adequabilidade ao objetivo dos projetos, atendendo também ao disposto no art. 7º, §§ 2º e 9º da Lei nº 8.666/93.</p>	<p><i>IMPLEMENTADA</i></p>
<p>Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano</p>	<p>3.1.6.8 RECOMENDAÇÃO: 002 Anexar ao processo em meio digital, devidamente atestados pelo coordenador do projeto,</p>	<p><i>NÃO IMPLEMENTADA</i></p>

de Providências 2009.	os relatórios dos bolsistas do programa conservação de energia que comprovem as atividades desenvolvidas para fins de atingimento do programa, assim como boletim de frequência. RECOMENDAÇÃO: 003 Quando da solicitação à FAPese para realização e pagamento de despesas, apresentar, mediante documento adequado, os motivos que as justificam, comprovando sua pertinência aos objetivos do projeto.	<i>NÃO IMPLEMENTADA</i>
Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.	3.1.6.9 RECOMENDAÇÃO: 001 Determinar a apresentação de relatório circunstanciado de viagem, conforme preconiza o art. 4º da Portaria MEC Nº 4.014/2005, de forma a comprovar o atingimento dos objetivos que motivaram os deslocamentos, relativos às despesas com viagens com recursos de contratos celebrados, especialmente com a FAPese, assim como a juntada dos comprovantes de bilhetes de passagens.	<i>IMPLEMENTADA</i>
Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.	3.1.6.10 RECOMENDAÇÃO: 001 Providenciar o ressarcimento de R\$250,50 relativos a tarifas bancárias despendidas com recursos do contrato nº 859.029/2008-UFS. RECOMENDAÇÃO: 002 Determinar aos gestores de contratos celebrados com a FAPese que promovam a verificação da realização de despesas indevidas com tarifas bancárias, determinando a devolução de valores nos casos em que seja evidenciada tal prática.	<i>IMPLEMENTADA PARCIALMENTE</i> <i>IMPLEMENTADA PARCIALMENTE (A recomendação está sendo observada, e solicitada a devolução a FAPese)</i>
Relatório de	3.1.6.11 RECOMENDAÇÃO: 001	<i>IMPLEMENTADA</i>

<p>Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.</p>	<p>Providenciar a implementação de fichas de acompanhamento das atividades realizadas com os equipamentos, contendo informações suficientes que possibilitem a verificação por parte dos órgãos de controle quanto à adequabilidade da utilização dos mesmos.</p>	
<p>Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.</p>	<p>3.1.6.12 RECOMENDAÇÃO: 001 Cessar, de imediato, a contratação ilegal de mão-de-obra sem concurso público, restringindo a contratação de serviços de execução indireta somente para os casos permitidos no Decreto nº 2.271/1997.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 Restringir o uso de senhas a servidores efetivos e, na impossibilidade, providenciar junto aos terceirizados assinatura de termo de responsabilidade sobre a correta utilização dos sistemas e adotar mecanismos de supervisão do uso das senhas.</p>	<p><i>IMPLEMENTADA</i></p> <p><i>IMPLEMENTADA</i></p>
<p>Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.</p>	<p>3.1.6.13 RECOMENDAÇÃO: 001 Abster-se de contratar a FAPESE, ou qualquer outra fundação de apoio, para fins de realização de concurso vestibular/processo seletivo, mediante dispensa de licitação, com base na Lei nº 8.958/94.</p>	<p><i>IMPLEMENTADA</i></p>
<p>Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.</p>	<p>3.1.6.14 RECOMENDAÇÃO: 001 Elaborar prévia e detalhadamente os planos de trabalho referentes a cada projeto contratado, especialmente com a FAPESE ou outras fundações de apoio, conforme disposto no art. 7º, §§ 2º e 9º da Lei nº 8.666/93.</p>	<p><i>IMPLEMENTADA</i></p>
<p>Relatório de Auditoria de</p>	<p>3.1.6.15 RECOMENDAÇÃO: 001 Adotar mecanismos de</p>	<p><i>IMPLEMENTADA</i></p>

<p>Gestão n° 224851/Plano de Providências 2009.</p>	<p>controle para que os membros da comissão de licitação analisem os contratos sociais de empresas licitantes sob o aspecto da participação de empresas pertencentes a um mesmo sócios ou que possuam grau de parentesco, especialmente cônjuges, verificando-se o endereço de residência dos sócios e das empresas, a fim de que seja garantida a lisura dos procedimentos licitatórios e evitado o conluio entre empresas.</p>	
<p>Relatório de Auditoria de Gestão n° 224851/Plano de Providências 2009.</p>	<p>3.2.2.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Implementar mecanismos de planejamento que evitem a utilização de recursos em finalidades diversas às previstas no cadastro de ações disponível no sítio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.</p>	<p>IMPLEMENTADA</p>
<p>Relatório de Auditoria de Gestão n° 224851/Plano de Providências 2009.</p>	<p>3.2.3.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Promover adequação no saldo contratual, excluindo-se deste os valores referentes aos serviços não executados.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 Determinar a abertura de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade do prejuízo causado à Administração.</p>	<p>NÃO IMPLEMENTADA</p> <p>IMPLEMENTADA</p>
<p>Relatório de Auditoria de Gestão n° 224851/Plano de Providências 2009.</p>	<p>3.2.3.2 RECOMENDAÇÃO: 001 Promover adequação no saldo contratual de acordo com os valores dos serviços previstos nas especificações e daqueles efetivamente executados.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 Determinar a abertura de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade do prejuízo causado à Administração.</p>	<p>NÃO IMPLEMENTADA</p> <p>IMPLEMENTADA</p>
<p>Relatório de</p>	<p>3.2.3.3 RECOMENDAÇÃO: 001</p>	<p>IMPLEMENTADA</p>

<p>Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.</p>	<p>Determinar a Divisão de Projetos do Departamento de Obras e Fiscalização da Universidade Federal de Sergipe que elaborem projetos com nível de detalhamento suficiente para a correta execução e acompanhamento de seus objetos, de acordo com as orientações contidas na Resolução CONFEA nº 391, de 10 de dezembro de 1991.</p>	
<p>Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.</p>	<p>3.2.3.4 RECOMENDAÇÃO: 001 Implemente procedimento para elaboração e aprovação de projetos básicos por parte dos técnicos pertencentes ao quadro da Divisão de Projetos de forma a garantir a qualidade da elaboração dos mesmos, ou, caso seja mais vantajoso para a Administração da FUFMS, proceda a contratação de empresa para a elaboração dos mesmos, observando-se, em ambos os casos, a emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica, conforme exige a legislação pertinente.</p>	<p>IMPLEMENTADA PARCIALMENTE <i>(O processo de licitação para contratação da empresa ainda não foi concluído)</i></p>
<p>Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.</p>	<p>3.2.3.5 RECOMENDAÇÃO: 001 Orientar os responsáveis por acompanhamento de contratos para que observem a formalização de aditivos, quando comprovadamente necessários, sendo devidamente motivados, apurando-se a responsabilidades nos casos que decorram de descumprimentos de prazos injustificadamente por parte das empresas contratadas.</p>	<p>IMPLEMENTADA</p>
<p>Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.</p>	<p>3.2.3.6 RECOMENDAÇÃO: 001 Mediante instrumento formal adequado, informar os servidores e responsáveis por acompanhamento de contratos quanto à proibição de pagamentos antecipados pela execução de serviços e/ou fornecimento de bens, conforme</p>	<p>IMPLEMENTADA</p>

	preconiza os arts. 62 e 63 da Lei nº 4.320/64.	
Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.	3.2.3.7 RECOMENDAÇÃO: 001 Adequar o quantitativo de servidores da Divisão de Projetos e da Divisão de Construção e Fiscalização - ao número de projetos em execução e planejados para o exercício 2009, manifestando-se quando à viabilidade de contratação temporária de profissionais para elaboração dos projetos e acompanhamento de sua execução, conforme previsto no caput do art. 67 da Lei nº 8.666/93.	IMPLEMENTADA PARCIALMENTE (O processo de licitação para contratação da empresa ainda não foi concluído)
	RECOMENDAÇÃO: 002 Determinar a revisão dos projetos e planilhas orçamentárias das obras em execução e previstas para o exercício 2009 referentes àquelas que tenham sido licitadas sem projetos básicos completos, apresentando parecer técnico sobre a sua adequabilidade.	NÃO IMPLEMENTADA
	RECOMENDAÇÃO: 003 Revisar, ainda, os projetos elaborados pela FUFIS que foram objeto de alterações e adequações, mantendo-os devidamente atualizados e disponíveis, inclusive em meio digital.	NÃO IMPLEMENTADA
	RECOMENDAÇÃO: 004 Realizar levantamento junto ao DOFIS quanto à necessidade de aquisição de equipamentos para uso dos servidores responsáveis pelo acompanhamento das obras, incluindo-os em sua proposta orçamentária.	IMPLEMENTADA
	RECOMENDAÇÃO: 005 Apresentar orientação formal à Comissão de Licitação acerca da exigência de	IMPLEMENTADA

	elaboração de projetos básicos previamente à publicação dos editais.	
Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.	<p>3.2.3.8 RECOMENDAÇÃO: 001 Adotar as medidas necessárias para que sejam ressarcidos aos cofres da União o valor de R\$6.103,32 pagos indevidamente à empresa contratada.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 Promover o devido ajuste no percentual do BDI, expurgando a incidência da CPMF, adotando-o para os pagamentos oriundos de eventuais aditivos contratuais.</p>	IMPLEMENTADA
Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.	<p>3.2.3.9 RECOMENDAÇÃO: 001 Orientar os responsáveis pelo acompanhamento de contratos de obras para adoção de medidas que permitam um controle mais efetivos dos contratos, a exemplo de: a) Registros fotográficos; b) Memórias de cálculo que justifiquem os quantitativos dos boletins de medição, identificando a localidade do serviço executado; c) Preenchimento tempestivo dos diários de obras; dentre outras que entender pertinente.</p>	IMPLEMENTADA
Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.	<p>3.2.3.10 RECOMENDAÇÃO: 001 Orientar os responsáveis pelo acompanhamento de contratos e membros da comissão de licitação quanto à obrigatoriedade de licitar parceladamente, conforme preconiza o art. 23, §§ 1º e 2º da Lei de Licitações.</p>	NÃO IMPLEMENTADA <i>(As orientações foram transmitidas aos membros da comissão)</i>
Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.	<p>3.2.3.11 RECOMENDAÇÃO: 001 Orientar os membros das Comissões de Licitação da FUFES e FAPESSE, quanto à proibição de inclusão de cláusulas</p>	NÃO IMPLEMENTADA <i>(As orientações foram transmitidas aos membros da comissão)</i>

Providências 2009.	limitadoras ao caráter competitivo de certame licitatório, a exemplo da exigência cumulativa de capital social mínimo e das garantias previstas no art. 56 da lei de licitações, assim como acerca da obrigatoriedade de assinatura do edital.	
Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.	3.3.2.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Implemente as medidas necessárias para resolução do impasse técnico existente no âmbito interno da própria unidade quanto à definição sobre rede de cabeamento estruturado dado e voz, exigindo da empresa contratada a execução conforme previsão editalícia, utilizando-se para tanto das medidas coercitivas contratualmente previstas.	IMPLEMENTADA PARCIALMENTE <i>(A empresa está procedendo a instalação do cabeamento)</i>
Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.	3.4.2.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Determinar a empresa contratada que apresente as notas fiscais de compra dos materiais e equipamentos citados, promovendo a readequação contratual na qual não incida o percentual de BDI contratado.	NÃO IMPLEMENTADA
	RECOMENDAÇÃO: 002 Promover o ressarcimento dos valores pagos a maior apurados mediante readequação contratual, em face da incidência de BDI sobre o fornecimento de equipamentos e materiais. RECOMENDAÇÃO: 003 Orientar os fiscais de contrato e membros de comissão de licitação quanto à obrigatoriedade de parcelamento de objeto, prevista no art. 23, §§ 1º e 2º da Lei 8666/93.	NÃO IMPLEMENTADA
Relatório de Auditoria de	3.4.2.2 RECOMENDAÇÃO: 001 Adotar medidas para que sejam	IMPLEMENTADA

<p>Gestão n° 224851/Plano de Providências 2009.</p>	<p>ressarcidos os valores pagos indevidamente no total de R\$6.689,79.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 Promover o devido ajuste no percentual do BDI, expurgando a incidência da CPMF, adotando-o para os pagamentos oriundos de eventuais aditivos contratuais.</p>	<p><i>IMPLEMENTADA</i></p>
<p>Relatório de Auditoria de Gestão n° 224851/Plano de Providências 2009.</p>	<p>3.5.2.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Passar a exigir das empresas o fiel cumprimento do contratado, verificando a quantidade e a qualidade dos itens entregues com as especificações contratadas, recusando produtos divergentes.</p>	<p><i>IMPLEMENTADA</i></p>
<p>Relatório de Auditoria de Gestão n° 224851/Plano de Providências 2009.</p>	<p>4.1.1.2 RECOMENDAÇÃO: 001 Adotar procedimentos para melhoria dos controles internos de acompanhamento e fiscalização das transferências recebidas.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 Regularizar as situações das transferências recebidas n° 390126, 480024, 480049 e 480051 inscritas na conta "valores a comprovar" e as situações das transferências de n° 467836 e 480049 inscritas na conta "inadimplência efetiva".</p>	<p><i>IMPLEMENTADA</i></p> <p><i>IMPLEMENTADA</i></p>
<p>Relatório de Auditoria de Gestão n° 224851/Plano de Providências 2009.</p>	<p>5.1.1.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Apurar a responsabilidade pela realização de despesas não prevista no termo do convênio n° 01.02.007.00.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 Ressarcir o valor de R\$10.541,57 referentes a despesas relativas à incidência de CPMF sobre a movimentação dos recursos do convênio n° 01.02.007.00 celebrado com a FINEP.</p>	<p><i>NÃO IMPLEMENTADA</i></p> <p><i>NÃO IMPLEMENTADA</i></p>

Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.	5.1.1.2 RECOMENDAÇÃO: 001 Promover o ressarcimento dos valores referentes à atualização monetária do valor indevidamente repassado a título de taxa de administração.	NÃO IMPLEMENTADA
Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.	6.1.1.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Realize o registro patrimonial de todos os bens adquiridos com recursos do convênio nº n°01.02.0007.00, conforme item 7.13 da IN SEDAP nº 205/1988.	IMPLEMENTADA
Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.	6.1.1.2 RECOMENDAÇÃO: 001 Aprimorar os controles patrimoniais internos, mantendo atualizado o registro patrimonial dos bens adquiridos, conforme IN SEDAP nº 205/88.	IMPLEMENTADA PARCIALMENTE <i>(Pequenos acertos ainda estão em curso)</i>
Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.	6.1.1.3 RECOMENDAÇÃO: 001 Aprimorar os controles patrimoniais internos, mantendo atualizado o registro patrimonial dos bens adquiridos, conforme IN SEDAP nº 205/88.	IMPLEMENTADA
Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.	6.1.1.4 RECOMENDAÇÃO: 001 Efetuar lançamentos contábeis que realmente evidenciem os fatos ligados à administração orçamentária, financeira patrimonial e industrial, especialmente quanto os valores à movimentação (entradas e saídas de materiais) no SIAFI, obedecendo ao disposto nos arts. 85 e 89 da Lei 4.320/64.	NÃO IMPLEMENTADA
Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.	7.1.2.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Providenciar o ressarcimento, pelo servidor, dos valores recebidos indevidamente.	IMPLEMENTADA
Relatório de	7.1.3.1 RECOMENDAÇÃO: 001	IMPLEMENTADA

<p>Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.</p>	<p>Realizar levantamento dos processos de pessoal relativos aos atos de admissão, aposentadoria e pensão, especialmente os relativos ao exercício 2006, procedendo o cadastramento no SISAC e encaminhamento ao órgão de controle interno, dando cumprimento ao estabelecido no art. 7º da Instrução Normativa TCU nº 55/2007.</p>	<p><i>PARCIALMENTE</i> (Estão pendentes 29 atos a serem enviados a CGU)</p>
<p>Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.</p>	<p>7.2.1.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Apresentar declarações de alunos e dos professores do internato de que foram realizadas as duas reuniões semanais previstas, no período de coordenação do servidor, indicando assunto tratado, dia e hora da realização.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 Apresentar declarações dos responsáveis pelos dez postos de saúde de que o servidor os visitou regularmente para supervisionar os trabalhos de estágio desenvolvidos pelos alunos.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 003 Adotar mecanismos que melhorem o controle e comprovação da frequência dos coordenadores e professores dos departamentos de ensino, exigindo que sejam feitas atas para as reuniões realizadas e relatórios que comprovem a supervisão dos coordenadores responsáveis.</p>	<p><i>IMPLEMENTADA PARCIALMENTE</i> (Os alunos que freqüentaram a disciplina não foram localizados para emitirem a declaração solicitada)</p> <p><i>NÃO IMPLEMENTADA</i></p> <p><i>NÃO IMPLEMENTADA</i></p>
<p>Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.</p>	<p>7.2.1.2 RECOMENDAÇÃO: 001 Corrigir as falhas apontadas no sistema eletrônico de atesto da frequência da unidade.</p>	<p><i>NÃO IMPLEMENTADA</i></p>
<p>Relatório de Auditoria de Gestão nº</p>	<p>7.3.1.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Cumprir os prazos estabelecidos nos processos</p>	<p><i>IMPLEMENTADA</i></p>

224851/Plano de Providências 2009.	administrativos disciplinares para apuração de responsabilidades, motivando os casos de não cumprimento dos prazos.	
Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.	8.1.1.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Observar a obrigação legal de celebrar formalmente contratos, especialmente naqueles oriundos de processos licitatórios na modalidade pregão.	NÃO IMPLEMENTADA
Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.	8.1.1.2 RECOMENDAÇÃO: 001 Oriente os responsáveis por acompanhamento de contratos para que observem a fiel execução de seus objetos, atentando-se para o cumprimento do pactuado.	IMPLEMENTADA PARCIALMENTE <i>(A providência ainda está em fase de desenvolvimento, sem ter sido executada)</i>
Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.	8.1.2.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Promover estudo acerca da revisão contratual, suprimindo a incidência de BDI sobre os itens citados ou realização de novas licitações para fornecimento dos mesmos.	NÃO IMPLEMENTADA
Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.	8.1.3.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Adotar medidas para cumprimento dos prazos estabelecidos em processos administrativos disciplinares para apuração de responsabilidades.	IMPLEMENTADA
Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.	8.2.1.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Observar, quando da emissão de notas de empenho, os motivos que a justificam, de forma a evitar a emissão de notas de empenho para mais de um favorecido que visam a execução de um mesmo objeto.	IMPLEMENTADA
Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências	8.2.1.2 RECOMENDAÇÃO: 001 Orientar a equipe técnica do Departamento de Obras e Fiscalização quanto aos itens que devem compor a planilha de composição do BDI, utilizando-	IMPLEMENTADA

2009.	se como parâmetro as determinações contidas no Acórdão nº 327/2007-Plenário do Tribunal de Contas da União.	
Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.	8.2.1.3 RECOMENDAÇÃO: 001 Promover capacitações sobre licitações e contratos para os servidores e funcionários da FUFIS e FAPESE, responsáveis pelos atos administrativos das fases internas e externas de procedimentos licitatórios.	IMPLEMENTADA PARCIALMENTE <i>(A providência ainda está em fase de desenvolvimento, sem ter sido executada)</i>
Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.	8.2.1.4 RECOMENDAÇÃO: 001 Promover capacitações sobre licitações e contratos para os servidores E funcionários da FUFIS e FAPESE, responsáveis pelos atos administrativos das fases internas e externas de procedimentos licitatórios.	IMPLEMENTADA PARCIALMENTE <i>(A providência ainda está em fase de desenvolvimento, sem ter sido executada)</i>
Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.	8.2.1.5 RECOMENDAÇÃO: 001 Proceda análise acerca da compatibilidade dos preços dos itens constantes das planilhas orçamentárias aos praticados no mercado local, e, especificamente nos casos de contratação de obras, adotar como parâmetro os preços constantes do SINAPI e ORSE.	IMPLEMENTADA
Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.	8.2.1.6 RECOMENDAÇÃO: 001 Promover capacitações sobre licitações e contratos para os servidores E funcionários da FUFIS e FAPESE, responsáveis pelos atos administrativos das fases internas e externas de procedimentos licitatórios.	IMPLEMENTADA PARCIALMENTE <i>(A providência ainda está em fase de desenvolvimento, sem ter sido executada)</i>
Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.	8.2.1.7 RECOMENDAÇÃO: 001 Promover capacitações sobre licitações e contratos para os servidores E funcionários da FUFIS e FAPESE, responsáveis pelos atos administrativos das fases internas e	IMPLEMENTADA PARCIALMENTE <i>(A providência ainda está em fase de desenvolvimento, sem ter sido executada)</i>

	externas de procedimentos licitatórios.	
Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.	8.2.1.8 RECOMENDAÇÃO: 001 Oriente os membros das comissões de licitação da FUFES e FAPESF para não permitir à inclusão de percentual referente à IRPJ e CSSL nas planilhas de composição de BDI das empresas licitantes.	IMPLEMENTADA
Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.	8.2.2.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Determine ao departamento de engenharia civil que adote providências necessárias junto ao DOFIS para emissão de relatório e parecer conjunto acerca da estrutura de concreto do laboratório de ecomateriais com a finalidade de atestar a segurança de seus usuários, sob o aspecto da resistência e durabilidade das peças estruturais em concreto executadas pela empresa contratada. RECOMENDAÇÃO: 002 Determine ao fiscal do contrato que adote as providências necessárias para que sejam sanadas as falhas verificadas pela empresa contratada, com base nas orientações emitidas no relatório e parecer conjunto, conforme recomendação anterior.	IMPLEMENTADA IMPLEMENTADA PARACIALMENTE <i>(Orientação neste sentido estão sendo encaminhadas aos gestores de contratos).</i>
Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.	8.2.2.2 RECOMENDAÇÃO: 001 Implementar medidas para o efetivo cumprimento dos cronogramas físico-financeiros por parte das empresas contratadas, adotando, inclusive, as sanções contratualmente previstas, de forma a evitar o prejuízo social ocasionado pelo não cumprimento de prazos.	NÃO IMPLEMENTADA
Relatório de Auditoria de Gestão nº	8.2.2.3 RECOMENDAÇÃO: 001 Determinar aos coordenadores de projeto que incluam nas	IMPLEMENTADA

224851/Plano de Providências 2009.	requisições de compra todos os elementos necessários para utilização dos equipamentos a serem adquiridos, não ocasionando a subutilização dos mesmos em face de falhas de planejamento.	
Relatório de Auditoria de Gestão n° 224851/Plano de Providências 2009.	9.1.2.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Implementar mecanismos para efetivo acompanhamento dos processos que tratam de ressarcimento de valores, especialmente aqueles recomendados no Relatório de Auditoria n° 208456.	IMPLEMENTADA
Relatório de Auditoria de Gestão n° 224851/Plano de Providências 2009.	9.1.2.2 RECOMENDAÇÃO: 001 Apresentar tempestivamente os documentos e informações solicitadas pelas equipes de auditoria desta CGU-REGIONAL/SE, de forma a cumprir o estabelecido no art. 26 da Lei n° 10180/2001.	IMPLEMENTADA
Relatório de Auditoria de Gestão n° 224851/Plano de Providências 2009.	9.2.1.2 RECOMENDAÇÃO: 001 Submeter, doravante, pelo dirigente máximo da entidade, a nomeação, designação, exoneração ou dispensa do titular da auditoria interna seja submetida, à aprovação do Conselho Universitário (órgão equivalente ao conselho de administração) e, após, à aprovação da Controladoria-Geral da União, conforme disposto no § 5º do art. 15, do Decreto n° 3.591/2000. RECOMENDAÇÃO: 002 Vincular a auditoria interna da entidade ao Conselho Universitário (órgão de atribuição equivalente ao conselho de administração), conforme dispõe o § 3º do art. 15, do Decreto n° 3.591/2000. RECOMENDAÇÃO: 003	IMPLEMENTADA IMPLEMENTADA PARCIALMENTE <i>(A proposta do novo regimento está em fase de apreciação pelo Conselho)</i>

	<p>Revisar as atribuições da Coordenação de Controle Interno, de modo a atender às atividades exigidas pela IN CGU nº 07/2006 e pela IN SFC nº 01/2007, sendo excluídas aquelas que possam comprometer o seu bom e regular desenvolvimento.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 004 Buscar adequar a estrutura da auditoria interna para que possa bem desenvolver suas atividades, especialmente, atentando para os seguintes pontos: móveis com dimensões adequadas; quantidade adequada de pessoal técnico; equipamentos de informática não obsoletos; ferramentas e sistemas para auditoria.</p>	<p>IMPLEMENTADA PARCIALMENTE <i>(A proposta do novo regimento está em fase de apreciação pelo Conselho)</i></p> <p>PARCIALMENTE IMPLEMENTADA <i>(Não houve alterações no quadro de servidores e sistemas)</i></p>
<p>Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.</p>	<p>9.2.1.3 RECOMENDAÇÃO: 001 Elaborar programa de auditoria específico para o desenvolvimento de suas atividades, onde constem objetivos definidos e específicos para cada escopo, e com escopo que contemple a extensão e profundidade dos exames realizados.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 Elaborar atas para as reuniões que tratem de temas relacionados ao planejamento das ações de auditoria.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 003 Utilizar os sistemas corporativos extratores de dados, a exemplo do SIAFI Gerencial e DW do SIAPE, o que trará agilidade e maior volume de informações a ser utilizado para o planejamento e realização das suas atividades.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 004 Realizar estudos técnicos que sirvam de base para o</p>	<p>NÃO IMPLEMENTADA <i>(Os programas serão desenvolvidos no exercício 2010)</i></p> <p>IMPLEMENTADA</p> <p>NÃO IMPLEMENTADA</p> <p>IMPLEMENTADA PARCIALMENTE <i>(Uma matriz de risco está em fase de desenvolvimento)</i></p>

	<p>desenvolvimento das atividades da auditoria interna.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 005 Planejar ações de auditoria interna para os programas/ações da entidade incluídos no PDE e/ou REUNI que estão em andamento.</p>	IMPLEMENTADA
<p>Relatório de de de nº 224851/Plano de Providências 2009.</p>	<p>9.2.1.4 RECOMENDAÇÃO: 001 Constar dos relatórios das auditorias realizadas pela CCI informações sobre o atendimento ou não das recomendações e orientações pendentes da auditoria interna, bem como, também, análise das respostas dos setores internos da FUFIS e a recomendação proposta para a constatação e para melhoria dos controles internos.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 Adotar procedimentos mais efetivos, inclusive com aplicação de testes específicos de validação, para o acompanhamento tempestivo do atendimento das orientações e recomendações expedidas, pelo controle interno, externo e auditoria interna, não se limitando, tão somente, a reproduzir as informações geradas pelos setores internos.</p>	<p>IMPLEMENTADA PARCIALMENTE <i>(Nos relatórios periódicos emitidos, já constam algumas providências com relação a essa recomendação)</i></p> <p>IMPLEMENTADA</p>
<p>Relatório de de de nº 224851/Plano de Providências 2009.</p>	<p>9.2.1.5 RECOMENDAÇÃO: 001 Adotar procedimentos mais efetivos para acompanhamento concomitante do cumprimento ou não da realização das atividades previstas no PAINT.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 Constar dos relatórios das auditorias realizadas pela CCI todas as informações necessárias para confecção do RAINT e verificação do PAINT, especialmente as evidências</p>	<p>NÃO IMPLEMENTADA</p> <p>IMPLEMENTADA</p>

	apontadas na constatação, o que facilitaria a citação e a organização dos papéis de trabalho; a descrição dos servidores envolvidos na ação de auditoria e o nº de homens/hora utilizados; e a descrição completa da amostra auditada e do respectivo universo (indicando quantidade, volume em R\$ e descrição dos programas/ações).	<i>PARCIALMENTE</i> (Ações estão em fase de desenvolvimento para aplicação no exercício 2010)
<i>Relatório de Auditoria de Gestão nº 224851/Plano de Providências 2009.</i>	<i>9.2.1.6 RECOMENDAÇÃO: 001</i> <i>Adotar uma sistemática de arquivo dos papéis de trabalho, onde conste um único nº de referência para cada papel, e que permita um rastreamento mais rápido e simples.</i>	<i>NÃO IMPLEMENTADA</i>

b) Recomendações ou determinações oriundas do Tribunal de Contas da União:

Documento/data	Recomendações	Item	Cumprimento
Of. Nº 904/2009-TCU/SECEX-SE, Diligência	24/08/09	Cumprimento das determinações efetuadas no item 9.6 do acórdão 631/2007. Anexo II	9.6.1 IMPLEMENTADA 9.6.2 PARCIALMENTE IMPLEMENTADA 9.6.21 IMPLEMENTADA 9.6.22 PARCIALMENTE IMPLEMENTADA (Of . nº 341-GR/09 - 17/09/09)
OF. Nº 579/2008-TCU/SECEX-SE	27/04/09	Apurar responsabilidade de servidores indicados no acórdão 672/2009 por acumulação de cargos. Anexo III	9.2 IMPLEMENTADA (Of . nº 506-GR/09 - 11/08/09) (Of . nº 507-GR/09 - 11/08/09)
Diligência nº 01693/2009	26/02/09	Enviar a Sefip cópias dos documentos necessários e esclarecer inconsistência dos registros dos atos no SISAC. Anexo IV	- IMPLEMENTADA (Of . nº 211-GR/09 - 05/06/09)

Of. N° 4111/2009- TCU/ Sefip	05/08/08	Considerar ilegal ato de concessão de aposentadoria; Dispensar ressarcimento das quantias ilegais recebidas em boa-fé; determinar a cessão de pagamentos ilegais; comunicar a interessada. Anexo V	9.1 9.2 9.3	IMPLEMENTADA
Of. N° 548/2009- TCU/ Sefip	20/04/09	Acórdão 1740/2009 TCU - 2ª Câmara- Atendimento às determinações do TCU. Anexo VI	1.5.1	IMPLEMENTADA (Of . nº 299- GR/09 - 21/08/09)
OF N° 347/09 Determinação	28/04/09	Conhecimento e cumprimento da medida no item 9.7 do Acórdão 679/09 , relativas à contratação com a FAPese . Anexo VII	9.7	IMPLEMENTADA PARCIALMENTE
OF N° 460/09 - AECI/GM/MEC	03/11/09	Conhecimento e adoção das providências determinadas no Acórdão 2012/2009-TCU. Anexo VIII	9	IMPLEMENTADA (*)
942/09 - TCU/SECEX-SE Determinação	28/08/09	Conhecimento e cumprimento das medidas previstas nos subitens 9.3 e 9.4 do Acórdão nº. 4237/09.	9.3 9.4	IMPLEMENTADA PARCIALMENTE
OF N° 318/09 Determinação	23/04/09	Conhecimento e cumprimento das determinações do subitem Acórdão 1477/09 , falta de registros atualizados no SIAF relativos a convênios e contratos de repasse em situação de inadimplência. Anexo X	1.5.10	IMPLEMENTADA
Diligência nº 01837/09	17/03/09	Envio dos documentos e esclarecimentos necessários à instrução do processo de registro dos atos de aposentadoria dos servidores Jailton Mendonça de Jesus e Joilson Pereira da Silva.	-	IMPLEMENTADA (Of . nº 114- GR/09 - 24/04/09)

Diligência nº 1858-TCU/Sefip	19/03/09	Informar as providências adotadas para o saneamento da ilegalidade apontadas pelo Controle Interno.	-	IMPLEMENTADA (Of . nº 125-GR/09 - 29/04/09)
Diligência nº 1891-TCU/Sefip	19/03/09	Informar as providências adotadas para o saneamento da ilegalidade apontadas pelo Controle Interno.	-	IMPLEMENTADA (Of . nº 124-GR/09 - 29/04/09)

(*) Os itens relacionados a Prefcamp foram considerados implementados a partir das respostas dos responsáveis pelos setores, não sendo possível à equipe de auditoria interna verificar a consistência das informações.

c) Recomendações formuladas pela Unidade de Auditoria Interna:

Com relação às recomendações, as constatações elencadas nos registros de constatações - RC e relatórios de auditoria interna - RAI encaminhados aos dirigentes da entidade, estas, vêm sendo observadas pelos setores auditados, bem como as orientações emanadas desta Coordenação, as quais serão objeto de acompanhamento na sua totalidade durante os trabalhos de auditoria previstos no PAINT/2010, a saber:

Documento/data	Recomendações	Cumprimento
Relatório de Atividades nº 01/2009.	Cronograma executado: 16 a 20/02/2009. 40 h/h	
	Escopo: Verificação da situação dos processos de apuração de indícios de acumulação de cargos apontados pelo Tribunal de Contas e pela Controladoria Geral da União. Setor: GRH.	
	1.1.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Orientamos a comissão um constante acompanhamento junto a Assessoria Jurídica acerca da situação das liminares, que suspenderam a tramitação dos processos e informe a esta CCI os casos que forem concluídos.	IMPLEMENTADA
	RECOMENDAÇÃO 002 Orientamos a comissão a manutenção da condução dos processos de apuração de indícios de acumulação de cargos a continuar o exercício dos seus trabalhos com o mesmo zelo,	IMPLEMENTADA

	atenção e prudência que vem sendo conduzida, especialmente no tocante aos direitos da ampla defesa e do contraditório, a fim de resguardar a Instituição.	
Relatório de Atividades nº 01/2009.	<p>Cronograma: 11 e 19/02/2009. 44 H/H</p> <p>Escopo: Verificação quanto ao pagamento do reembolso dos 23 servidores em situação de cedidos no exercício 2008.Setor: GRH.</p> <p>1.2.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Orientamos a FAPITEC providenciar a publicação da cessão do servidor àquela Instituição, a fim de regularizar a situação da lotação dele quanto aos reembolsos pela cessão, haja vista que o servidor encontra-se exercendo suas funções sem respaldo legal em Instituição diversa a sua lotação, situação esta que pode gerar apontamento por parte dos órgãos de controle interno.</p>	IMPLEMENTADA
Relatório de Atividades nº 01/2009.	<p>Cronograma: 29/01/09 a 05/02/2009</p> <p>Escopo: Verificação a entrega da Declaração de Bens e Rendias do exercício anterior dos Integrantes do Rol de Responsáveis e acompanhamento das recomendações do relatório de auditoria interna nº08/08.Setor: GRH.</p> <p>1.4.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Proceder a notificação dos integrantes do Rol de Responsáveis para que os mesmos apresentem suas Declarações de Bens e Rendias no prazo fixado pela IN nº. 05/94-TCU.</p> <p>1.4.2 RECOMENDAÇÃO: 001 Proceder a notificação dos</p>	* *

		<p>Tais valores devem ser informados a essa CCI para encaminhamento a CGU e os documentos arrecadadores aos gestores dos referidos contratos para encaminhamento as construtoras.</p>	<p><i>IMPLEMENTADA</i></p>
<p>Relatório de Atividades nº 04/2009.</p>	<p>Cronograma de Execução: 16/09/09 a 18/09/09. 16 homens/hora</p> <p>Escopo: Foi analisado o processo 8541/09, em especial as folhas 04 a 09, à luz do decreto 93.872/86 e da Portarias do Ministério da Fazenda nº 492/93 e 95/02. Setor: PREFCAMP.</p> <p>2.1.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Recomendamos a essa PREFCAMP, a contratação de empresa especializada para a lavagem e higienização dos veículos. Uma vez frustradas as tentativas de licitação, a lei 8.666, prevê a dispensa de licitação, modalidade pela qual tal serviço poderia vir a ser contratado. Bastando realizar cotações de preço no mercado, com a escolha de empresa idônea e que se encontre em dias com suas obrigações tributárias.</p>	<p><i>EM IMPLEMENTAÇÃO (O processo de licitação está em curso)</i></p>	
<p>Relatório de Atividades nº 04/2009.</p>	<p>Cronograma de Execução: 28/08/09 a 23/09/09. 186 homens/hora</p> <p>Escopo: Foram solicitados 12 processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, pregão eletrônico. O trabalho objetivou verificar o cumprimento de formalidades legais dos certames, sendo executado conforme check-list padrão. (S.A. 65 e 70/09).Setor: PROAD.</p> <p>3.1.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Recomendamos que sejam incluídos nos processos licitatórios, bem como nas dispensa e de inexigibilidade de</p>	<p><i>NÃO IMPLEMENTADA</i></p>	

	<p>licitação, parecer jurídico, após sua adjudicação.</p> <p>3.1.2 RECOMENDAÇÃO: 001 Recomendamos que nos procedimentos de aquisição de bens móveis e equipamentos seja emitido parecer técnico assegurando se os itens entregues atendem aos requisitos do edital e a necessidade da Instituição.</p> <p>3.1.3 RECOMENDAÇÃO: 001 Recomendamos que sejam apensados aos processos que envolva transferência de recursos a FAPese, por dispensa de licitação, todos os documentos que explicitem a legitimidade do procedimento. Citamos como exemplo, o processo 3549/09.</p>	<p><i>IMPLEMENTADA</i></p> <p><i>PARCIALMENTE IMPLEMENTADA (Foi informado ao setor responsável, porém, ainda não foram implementados novos controles administrativos para acompanhamento)</i></p>
<p>Relatório de Atividades nº 04/2009.</p>	<p>Cronograma de Execução: 28/08/09 a 14/09/09. 122 h/h</p> <p>Escopo: Foram solicitados 15 contratos e 11 processos de pagamento relacionados a alguns destes contratos. O principal objetivo foi verificar o cumprimento dos contratos, em especial com relação ao seu pagamento. Tais contratos foram no exercício em curso e cujo valor total importou em R\$ 393.237,47 (trezentos e noventa e três mil duzentos e trinta e sete reais e quarenta e sete centavos). Durante a verificação foi seguido Check-list padrão. (S.A. 64 e 74-A/09, RC 05/09). Setores: PROAD e COGEPLAN.</p> <p>4.1.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Recomendamos solicitar ao gestor(a) do contrato apensar ao processo de pagamento o relatório de acompanhamento acerca dos serviços prestados. Tal relatório pode ter periodicidade trimestral ou</p>	<p><i>IMPLEMENTADA</i></p>

	semestral, desde que ateste que o mesmo está sendo prestado com a qualidade esperada.	
Relatório de Atividades nº 04/2009.	<p>Cronograma de Execução: 22/09/09 a 30/09/09. 78 h/h</p> <p>Escopo: Foram solicitados 100% dos convênios firmados em 2009 e que envolveram transferência de recursos financeiros. Juntos, importaram um valor de R\$ 29.612.754,00 (vinte e nove milhões seiscentos e doze mil setecentos e cinqüenta e quatro reais) em recursos, cujo prazo de execução engloba dos exercícios 2009 a 2014. Durante a verificação foi seguido Checklist padrão. (S.A. 73/09, RC 04/09). Setor: COGEPLAN.</p> <p>5.1.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Recomendamos solicitar ao gestor(a) do convênio apensar ao processo os relatórios periódicos sobre o andamento e execução dos trabalhos, inclusive quanto aos equipamentos permanentes adquiridos e seu estado geral, que conforme item 12.1 os mesmos serão cedidos ao patrimônio da Universidade ao final do convênio.</p> <p>5.1.2 RECOMENDAÇÃO: 001 Recomendamos solicitar ao gestor(a) do convênio apensar ao processo os relatórios periódicos sobre o andamento e execução dos trabalhos, inclusive quanto aos equipamentos permanentes adquiridos e seu estado geral, conforme item 14.1 os mesmos serão cedidos ao patrimônio da Universidade ao final do convênio.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 sugerimos ao setor responsável e aos gestores dos convênios que</p>	<p><i>IMPLEMENTADA</i></p> <p><i>IMPLEMENTADA</i></p> <p>*</p>

	<p>após o término dos convênios solicitem a FAPese uma via das prestações de contas e demonstrativos das despesas para serem apensadas as vias da UFS. Considerando o montante total de recursos envolvidos, em especial da PETROBRAS, os mesmos podem ser objeto de auditoria por outros órgãos de controle.</p> <p>5.1.3 RECOMENDAÇÃO: 001 Recomendamos solicitar ao gestor(a) do convênio apensar ao processo os relatórios periódicos sobre o andamento e execução dos trabalhos, e ainda dos recursos destinados a UFS, informando o montante recebido e a discriminação das despesas.</p> <p>5.1.4 RECOMENDAÇÃO: 001 Recomendamos o envio de informações acerca do andamento dos trabalhos oriundos do convênio supra citado, inclusive informação sobre os recursos já disponibilizados pelo Governo do Estado de Sergipe e as ações em andamento e previstas da sua primeira fase.</p> <p>5.1.5 RECOMENDAÇÃO: 001 Recomendamos solicitar ao gestor(a) do convênio apensar ao processo os relatórios periódicos sobre o andamento e execução dos trabalhos, e ainda em relação aos recursos utilizados, considerando o volume de recursos e a participação da FAPese, como gestor é importante que todas as peças acerca da execução do termo estejam apensadas ao processo.</p> <p>5.1.6 RECOMENDAÇÃO: 001 Recomendamos solicitar ao gestor(a) do convênio apensar ao processo os relatórios periódicos sobre o andamento e execução dos trabalhos, e ainda</p>	<p><i>IMPLEMENTADA</i></p> <p><i>*</i></p> <p><i>IMPLEMENTADA</i></p> <p><i>IMPLEMENTADA PARCIALMENTE (Já foi solicitado ao responsável pelo setor)</i></p>
--	---	---

		em relação aos recursos utilizados, bem como materiais permanentes adquiridos, que conforme o item 9.14 do convênio, ao final do mesmo, serão cedidos a UFS. Considerando o volume de recursos e a participação da FAPese, como gestora, é importante frisar, a necessidade de que todas as peças acerca da execução do termo estejam apensadas ao processo.	
Relatório de Atividades nº 05/2009.		Não houve recomendações	-
Relatório de Atividades nº 06/2009.		1.4.1 Reiteração da recomendação nº do relatório nº 01/2009.	*
Relatório de Atividades nº 06/2009.		1.4.2 Reiteração da recomendação nº do relatório nº 01/2009.	*

* Até o final dos trabalhos o setor responsável não disponibilizou documentos que pudessem servir de embasamento para considerarmos a recomendação implementada ou não implementada.

Durante os trabalhos de auditoria da CCI alguns setores e atividades, objeto de análise, não receberam recomendações por não ter sido constatada nenhuma falha ou fragilidade relevante, dentre eles:

Atividades de auditoria	Conclusão dos Trabalhos
Relatório de Atividades nº 01/2009. (Recadastramento de aposentados e pensionistas)	Cronograma: 11 a 19/02/2009. 60h/h Escopo: Verificação da eficiência do processo de recadastramento de aposentados e pensionistas. Setor: GRH. Conclusão: O recadastramento dos inativos e pensionistas foi executado atendendo a quase totalidade dos beneficiários, tendo menos de 0,5% de pendência, cujos beneficiários estão sendo convocados e/ou visitados.
Relatório de Atividades nº 01/2009. (Ressarcimento por servidores cedidos)	Cronograma: 11 e 19/02/2009. 24 h/h. Escopo: Verificação quanto ao pagamento do reembolso dos 23 servidores classificados na

	<p>situação de cedidos no exercício 2008. Setor: GRH.</p> <p>Conclusão: Verificamos que os controles administrativos são eficientes, ressalvado a pendência de publicação da portaria de um único servidor que está em processo de regularização, a instituição está sendo ressarcida pelos demais servidores cedidos.</p>
<p>Relatório de Atividades nº 02/2009. (Processos de pagamento)</p>	<p>Cronograma: 06 e 30/04/2009. 104 h/h.</p> <p>Escopo: Verificação de 10% dos processos de pagamentos no período de Janeiro-Março do exercício 2009, conforme relação disponibilizada pela Tesouraria, num total de 50 processos verificados. Em especial quanto às formalidades das Notas Fiscais e sua conformidade com os empenhos, ordens de pagamento e a situação quanto à regularidade fiscal dos fornecedores junto ao SICAF. O volume de pagamentos efetuados na amostra acima citada é de R\$ 1.169.041,09 (um milhão cento e sessenta e nove mil quarenta e um reais e nove centavos). Setor: PROAD.</p> <p>Conclusão: Não foram emitidas recomendações, pois os dois pontos constatados, ausência de solicitação de pagamento detectados em alguns processos e ausência da justificativa para dispensa de licitação, foram prontamente resolvidos pelo setor responsável ainda durante dos trabalhos de auditoria.</p>
<p>Relatório de Atividades nº 02/2009. (Cartão Corporativo)</p>	<p>Cronograma: 23 a 25/03/2009. 48 h/h.</p> <p>Escopo: Verificação de 100% dos processos de prestação de contas referentes ao uso de cartão corporativo no exercício 2009, quanto à legalidade dos gastos, em especial, acerca do limite de gastos por elemento de despesa, existência de nota fiscal e finalidade dos recursos. Abrangendo os suprimentos de nº 01 a 4. O volume de recursos disponibilizados perfez o total de R\$ 12.200,00 (doze mil e duzentos reais). Setor:PROAD.</p> <p>Conclusão: Após análise, visualizamos que todos os processos contavam com a</p>

	<p>solicitação e justificativa para os recursos, os gastos ocorreram dentro dos limites legais por elemento de despesa e todos contavam com a nota fiscal, não foi verificada a existência de saques em dinheiro, conforme orientação do DEFIN, nem houve a ocorrência de glosas aos gastos. Durante os trabalhos verificamos quatro processos de prestação de contas de gastos com cartão corporativo, o que representa 100% dos recursos aplicados no exercício até a data da solicitação de auditoria nº 026/09. Assim, somos de opinião que os controles administrativos acerca da concessão e prestação de contas de gastos com cartão corporativo estão sendo aplicados em conformidade com os normativos vigentes.</p>
<p>Relatório de Atividades nº 03/2009. (Revisão do Regimento da coordenação de Controle Interno)</p>	<p>Cronograma: 25, 26 e 30 de junho. 48 h/h.</p> <p>Escopo: Pesquisa junto a outras instituições, normativos e orientações dos órgãos de controle externo; Revisão do Regimento da Coordenação de Controle Interno e elaboração de proposta para um novo Regimento Interno. Setor: CCI.</p>
<p>Relatório de Atividades nº 03/2009. (Organização de Fórum de Auditores - XXX FONAI/MEC)</p>	<p>Cronograma: 02 de maio a 22 de junho. 480 h/h.</p> <p>Escopo: A Universidade Federal de Sergipe promoveu no Auditório do Hotel Quality, na cidade de Aracaju, no período de 01 a 05 de junho do corrente ano, a realização do XXX-FONAI-MEC. Recebendo um total de 150 participantes de diversas instituições e convidados. O planejamento do evento foi iniciado em meados de março, porém, a partir do mês de maio os esforços na organização foram sensivelmente ampliados. A necessidade de visitar hotéis, apoiadores, patrocinadores e fornecedores exigiu dedicação integral de um servidor no período de 02 a 22 de maio e de todo o corpo técnico da CCI na semana que o antecedeu, 25/05/09 a 29/05/09, fazendo uso, inclusive, do final de semana de 30 e 31 de maio, pelos servidores, nas atividades de organização e coordenação do Fórum. Durante o evento as atividades da CCI foram parcialmente</p>

	<p>suspensas, haja vista que todos os seus servidores participaram do mesmo. Entre os dias 08 a 22 de junho, um servidor ficou encarregado da devolução de equipamentos, documentos, materiais, pagamentos e prestações de contas do evento e demais pendências relacionadas ao FONAI-MEC. Setor: CCI e Diversos.</p>
<p>Relatório de Atividades nº 03/2009. (Revisão do PAINT/2009)</p>	<p>Cronograma: 16 a 19/06/2009. 64 homens/hora.</p> <p>Escopo: Revisão das atividades do Plano Anual de Auditoria Interna. Adequando o quantitativo de homens/hora e as atividades no período de julho a dezembro de 2009. Frente a fatos imprevistos e imprevisíveis, tais como a realização do FONAI/MEC e licença médica de servidor. Setor: CCI</p> <p>Conclusão: A proposta para alteração do PAINT/09 não foi apreciada pela CGU.</p>
<p>Relatório de Atividades nº 04/2009. (Análise de processo licitatório)</p>	<p>Escopo: Verificação dos atos de processo de sindicância e aplicação de penalidades a contratada. Setor: PROAD.</p> <p>Informação: Através do contrato nº 907.075/08 foi contratada a empresa Mitras Manutenção e Construções Ltda para executar os serviços de ampliação do Núcleo de Engenharia Elétrica da UFS. Foi relatado pelo fiscal da obra que no dia 07/05/09 a referida firma abandonou o canteiro da obra. Após diversas tentativas não houve sucesso em contactar representantes da empresa. Foi instaurado processo administrativo nº 9816/09 para apuração dos fatos. No referido processo consta parecer técnico do engenheiro fiscal da obra, relatando diversas falhas nos itens já executados e o abandono do canteiro pela empresa contratada. O fiscal sugere a rescisão do contrato. Consta também parecer jurídico da assessoria da UFS e da assessoria da FAPESE, ambos favoráveis a rescisão unilateral do contrato e a aplicação de penalidade administrativa contra a empresa Mitras Manutenção e Construções Ltda. No processo consta diversas tentativas, via ofícios e e-mail, entre a instituição e a contratada solicitando manifestação da mesma. Garantido</p>

	<p>o direito de ampla defesa e contraditório a firma não se pronunciou. Foi estipulada a rescisão unilateral do contrato, Portaria 2025-GR de 27/08/09. E a aplicação da penalidade de suspensão, durante dois anos, da empresa participar de licitação com a administração pública, Portaria 2063-GR de 01/09/09.</p> <p>Conclusão: Os fatos foram apurados e as penalidade administrativas imputadas a empresa foram aplicadas de acordo com os termos do contrato e a lei 8.666/93.</p>
<p>Relatório de Atividades nº 05/2009. (Plano de Providências)</p>	<p>Cronograma: 04 a 18/12/09. 284 h/h</p> <p>Escopo: Verificamos junto aos diversos setores o atendimento às recomendação do relatório de auditoria nº 224851/2009-CGU. Para tanto solicitamos informações acerca do atendimento das providências. Para melhor auxiliar na análise das respostas solicitamos documentos que evidenciassem as respostas, procedemos a circularização dos dados apresentados e realizamos testes de validação. Setores: COGEPLAN, GRH, HU, PREFCAMP, PROAD, RESUN.</p> <p>Conclusão: Das 148 recomendações do relatório, 85 foram implementadas (57,4%), 31 estão parcialmente implementadas (21%) e 32 não foram implementadas (21,6%). As justificativas apresentadas pelos setores para as recomendações parcialmente implementadas e as não implementadas constam no item "II - a" deste relatório e de forma mais detalhada no Relatório nº 05/09, encaminhado a CGU.</p>
<p>Relatório de Atividades nº 06/2009. (Processo de Sindicância)</p>	<p>Cronograma: 23 a 28/10/09. 54 h/h</p> <p>Escopo: Dos quatorze processos de sindicância concluídos entre janeiro e setembro do corrente exercício, foram selecionados 09 (nove), representando uma amostra de 64%, superior aos 50% definido no PAINT/2009. O trabalho objetivou verificar o cumprimento da aplicação das penalidades resultantes das apurações, evitando transgressão das normas. (Processos 16818/08, 14777/08, 11644/08, 14537/08, 14535/08, 14536/08,</p>

	<p>14538/08, 14534/08 e 6035/09). Setor: GRH.</p> <p>Conclusão: Os trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Apuração de Índícios de Acumulação de Cargos são executados em ritmo regular e constante, são empregados procedimentos que visam resguardar a Instituição bem como os direitos dos servidores objeto de averiguação. Alguns processos, todavia, estão tendo a tramitação paralisada por força de liminares, cuja contestação deve seguir os procedimentos judiciais. Assim, não temos ressalvas a apresentar.</p>
<p>Relatório de Atividades nº 06/2009. (Prestação de contas de suprimento de fundos)</p>	<p>Cronograma: 19 a 23/10/09. 44 h/h</p> <p>Escopo: Do total de 48 processos de suprimento de fundos emitidos foi definida uma amostra para análise de 30%, considerando que 04 processos já foram objeto de auditoria no mês de março. Solicitamos, ainda 09 processos para serem analisados, conforme quadro abaixo. Os referidos processos importam num total de R\$ 12.781,15 (doze mil setecentos e oitenta e um reais e quinze centavos). Foi seguindo papel de trabalho padrão para seleção dos itens a serem verificados. Setor: PROAD.</p> <p>Conclusão: Após a análise das prestações de contas selecionadas para amostra, verificamos que as formalidades legais vem sendo atendidas nos processos. Não foram evidenciadas situações ou fatos que ensejassem recomendações.</p>
<p>Relatório de Atividades nº 06/2009. (Cumprimento das Resoluções do CONSU)</p>	<p>Cronograma: 04 a 08/01/2010. 32 h/h.</p> <p>Escopo: Foram emitidas 28 Resoluções pelo Conselho Universitário no exercício 2009. Destas, foram excluídas as que tratavam da concessão monções e as criação de departamentos de cursos. Foram objeto de verificação um total de 14 Resoluções quanto ao seu cumprimento. Setor: GRH, Ouvidoria Geral e PROAD.</p> <p>Conclusão: Após a análise, das 12 (doze) Resoluções verificadas, 100% delas foram cumpridas pelos setores administrativos da</p>

	Instituição, embora não possamos ter auferido as resoluções de nº 04, 06, 14 e 23, não foram evidenciadas situações ou fatos que indiquem o descumprimento de Resoluções do referido Conselho, motivo pelo qual não ensejaram recomendações.
Relatórios 01, 02, 03, 04 e 06/2009. (Análise de balancetes)	<p>Cronograma: mensalmente. 192 h/h.</p> <p>Escopo: Análise de 12 (doze) balancetes da Instituição ao longo de todo o exercício. Foi verificado o atendimento das formalidades legais da peça contábil.</p> <p>Conclusão: Foram emitidos pareceres aprovando as contas com ressalvas em todos os balancetes, estas relacionadas ao saldo patrimonial e a conciliação bancária.</p>

f) Decisões e Recomendações do Conselho Fiscal, Conselho de Administração e outros Órgãos de fiscalização da atividade da entidade.

Resolução CONSU	Assunto	Interessado	Situação
01	Designa representante para FAPESE	-	Cumprida
02	Institui a Ouvidoria Geral da UFS	-	Cumprida
03	Nega recurso de aluno	Selma Maria Sobral	Cumprida
04	Dar provimento a recurso de candidato a concurso	Edmilson Suassuna da Silva	*
05	Nega provimento de recurso a servidor	Thadeu Vinicius Souza Teles	Cumprida
06	Nega provimento de recurso de candidato à concurso	Beatriz Tupinambá Freitas	*
11	Nega provimento de recurso a concurso	Ana Maria de Góis Neto	Cumprida
13	Nega provimento de recurso a concurso	Luisa Albertini Padula Trombeta	Cumprida
14	Nega provimento de recurso a concurso	Iata Oliver Fernando Silva	*
15	Dar provimento a recurso de servidor de resultado de eleições	Edson Silva Nascimento	Cumprida
17	Nega provimento de recurso a concurso	José Marcos Nascimento de Souza	Cumprida
19	Altera anexo III, Art. 4º, § 6º da Resolução Nº 02/2008/CONSU.	-	Cumprida

23	Dar provimento parcial a recurso de candidato à concurso	Juliana Vasconcelos Lyra da Silva	*
24	Nega provimento de recurso a concurso	Paulo Nin Ferreira	Cumprida
27	Designa representante para FAPESE	-	Cumprida
28	Aprova indicação do Ouvidor Geral da UFS	-	Cumprida

Após a análise, das 12 (doze) Resoluções verificadas, 100% delas foram cumpridas pelos setores administrativos da Instituição, embora não possamos ter auferido as resoluções de nº 04, 06, 14 e 23, não foram evidenciadas situações ou fatos que indiquem o descumprimento de Resoluções do referido Conselho, motivo pelo qual não temos ressalvas a emitir.

g) Ações relativas as demandas recebidas pela ouvidoria da entidade.

A UFS instituiu o órgão de Ouvidoria em 23/03/09 através da Resolução nº 02/2009-CONSU e aprovou a indicação do Ouvidor Geral e do Vice-Ouvidor em 24/08/09 através da Resolução nº 28/2009. A partir de então, o setor entrou em fase de organização interna, não tendo suas atividades iniciadas.

h) Ações relativas a denúncias recebidas diretamente pela entidade.

Nº do processo	Fato denunciado	Providências adotadas	Diligências	Procedência ou improcedência da denúncia que já tenha sido apurada
23113.011 644/08-82	Desaparecimento de bens do CECH.	Instauração de Sindicância Portaria nº 1.267, de 10/10/2008	Inerentes à averiguação da ocorrência.	Procedente.
23113.014 537/08-89	Item 2.1.6.7. do <u>Relatório de Auditoria nº 208456/CGU</u> - referente à contratação de empresa que fraudou licitação.	Instauração de Sindicância. Portaria nº 150, de 22/01/2009.	Inerentes à averiguação da ocorrência.	Procedente
23113.016 818/08-49	Atos de indisciplina do servidor	Instauração de PAD. Portaria nº 351, de	Inerentes ao rito ordinário.	Procedente

	LUIZ SILVA AMARAL (Siape nº 425871), lotado na DITRAN.	13/02/2009.		
23113.016 497/08-37	Desaparecimento de luminárias usadas.	Instauração de Sindicância. Portaria nº 711, de 27/03/2009.	Inerentes à averiguação da ocorrência.	Procedente.
23113.014 535/08-53	Item 2.1.3.1 do <u>Relatório de Auditoria nº 208456 da CGU</u> "referente à apuração de responsabilidades de de supridos de que permaneceram com valor em espécie, sem justificativa formal"	Instauração de Sindicância. Portaria nº 1.122, de 07/05/2009.	Inerentes à averiguação da ocorrência.	Procedente.
23113.014 536/08-16	Item 2.1.6.5 do <u>Relatório de Auditoria nº 208456 da CGU</u> "apuração de responsabilidades administrativas para o pagamento de despesas com serviço de telefonia móvel de forma irregular"	Instauração de Sindicância. Portaria nº 1.124, de 07/05/2009.	Inerentes à averiguação da ocorrência.	Procedente.
23113.014 777/08-92	Desaparecimento de grades externas do DEF.	Instauração de Sindicância. Portaria nº 916, de 20/04/2009.	Inerentes à averiguação da ocorrência.	Procedente.
23113.014 538/08-41	"desvio de finalidade na utilização dos recursos oriundos do Convênio nº 149/2005."	Instauração de Sindicância. Portaria nº 1.121, de 07/05/2009.	Inerentes à averiguação da ocorrência.	Procedente.
23113.032	Apuração de	Instauração de	Inerentes à	Procedente.

13/09-04	responsabilidade de administrativa pela contratação de ex-professor substituto - professor e aluno - Campus de Laranjeiras)	Sindicância. Portaria nº 1.045, de 30/04/2009.	averiguação da ocorrência.	
23113.014 534/08-91	"Responsabilidade pelo descumprimento reiterado de determinação do TCU quanto a proibição de contratar a" (item 1.1.2.2)	Instauração de Sindicância. Portaria nº 1.123, de 07/05/2009.	Inerentes à averiguação da ocorrência.	Procedente.
23113.001 040/09-17	Denúncia em desfavor dos servidores: Fred Amado e Paulo Roberto Menezes Porto	Instauração de Sindicância. Portaria nº 1.537, de 19/06/2009.	Inerentes à averiguação da ocorrência.	Improcedente
23113.006 035/09-56	Desaparecimento de bens do MUHSE.	Instauração de Sindicância. Portaria nº 1.708, de 16/07/2009	Inerentes à averiguação da ocorrência.	Procedente.
23113.000 963/09-80	Atos de indisciplina relatadas pelo chefe do DFL/CECH	Instauração de Sindicância. Portaria nº 281, de 06/02/2009.	Inerentes à averiguação da ocorrência.	Procedente.
23113.009 741/09-87	Apuração de ocorrência sobre pichações no DGE/CECH	Instauração de Sindicância. Portaria nº 1.800, de 24/07/2009.	Inerentes à averiguação da ocorrência.	Procedente.
23113.005 555/09-51	Apuração de supostas irregularidades envolvendo prof. do DCF/CCBS	Instauração de PAD. Portaria nº 1.844, de 04/08/2009.	Inerentes ao rito ordinário.	Improcedente
23113.011 237/09-10	Apuração de responsabilidade sobre o acidente com o veículo da UFS IAD 7360 (Ford	Instauração de Sindicância. Portaria nº 2.242, de 30//09/2009.	Inerentes à averiguação da ocorrência.	Procedente.

	Ranger)			
23113.013 207/09-20	Apresentação de documentos falsos à Caixa Econômica por seis servidores da UFS	Instauração de PAD. Portaria nº 2.081, de 02/09/2009.	Inerentes ao rito ordinário.	Procedente,
23113.015 215/09-29	Apuração de responsabilidade de apontada no item 3.1.6.1. do relatório 224851/CGU.	Instauração de Sindicância. Portaria nº 2.419, de 22/10/2009.	Inerentes à averiguação da ocorrência.	Procedente.
23113.015 216/09-91	Apuração de irregularidade quanto ao atraso na tramitação da renovação do contrato com a Universo Construções.	Instauração da Sindicância. Portaria nº 2.458, de 30/10/2009.	Inerentes à averiguação da ocorrência.	Procedente.
23113.015 324/09-64	Cumprimento ao Julgamento do Processo de Sindicância nº 23113.006035/09-56. (Desaparecimento de bens do MUSEU).	Instauração de PAD. Portaria nº 2.272, de 06/10/2009.	Inerentes ao rito ordinário.	Procedente.

i) Obrigações legais em relação às entidades de previdência privada, em especial quanto ao disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001 e o § 2º do art. 41 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

Não se verificou a concessão de benefício de Plano de Previdência Privada aos servidores da Instituição no exercício de 2009.

III-Relato gerencial sobre a gestão de áreas essenciais da unidade.

a) Cumprimento das Metas Previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentária.

A Universidade Federal de Sergipe utilizou durante o exercício de 2009, os programas e ações abaixo descritos para o desenvolvimento das suas atividades meios e finalísticas.

1. Programa 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União

* Informações não disponíveis no sistema SIMEC.

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes.
Gerente do programa	*
Gerente executivo	*
Indicadores ou parâmetros utilizados	*
Público-alvo (beneficiários)	Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes.

Essa ação garante o pagamento devido aos servidores civis inativos do Poder Executivo ou aos seus pensionistas.

Tipo	Operações especiais
Finalidade	Garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos do Poder Executivo ou aos seus pensionistas, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio.
Descrição	Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis do Poder Executivo ou dos seus pensionistas, incluídas a aposentadoria/pensão mensal, a gratificação natalina e as eventuais despesas de exercícios anteriores.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Educação
Unidades executores	Fundação Universidade Federal de Sergipe
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	*
Coordenador nacional da ação	*
Responsável pela execução da ação ao nível local	Maria Teresa Gomes Lins

Assegurar a subsistência pecuniária a que fazem jus os inativos e seus dependentes tem sido o objetivo expresso desta atividade. Sua essência se traduz no pagamento de proventos aos inativos com os quais a instituição encerrou o exercício. Na manutenção desta

atividade foram efetuadas despesas equivalentes a cinquenta milhões duzentos e nove mil, quinhentos e sessenta e nove reais e cinquenta e sete centavos, ou 21% da dotação direta executada.

Alvo da ação	Unidade de medida	Quantidade		Custo	
		Prevista	Realizada	Previsto	Realizado
Pessoa beneficiada	Unidade	679	876	38.677.992,00	50.209.569,57

Avaliação dos resultados: Meta suplantada. O número de solicitações por aposentadorias alicerçadas na legislação vigente foi maior que o previsto pela Gerência de Recursos Humanos.

2 Programa 0750 - Apoio Administrativo

Tipo de programa	Apoio Administrativo
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Gerente do programa	*
Gerente executivo	*
Indicadores ou parâmetros utilizados	*
Público-alvo (beneficiários)	Governo

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Educação
Unidades executoras	Universidade Federal de Sergipe
Áreas responsáveis por Gerenciamento ou execução	*
Coordenador nacional da ação	*
Responsável pela execução da ação ao nível local	Maria Teresa Gomes Lins

Esta atividade visa assegurar a saúde física e mental dos servidores públicos civil, militar, inativo e pensionista, bem como seus dependentes, em caráter complementar e a manutenção de hospitais próprios. Para tanto, a despesa realizada foi de dois milhões setenta e três mil e cento e sessentas reais.

Alvo da ação	Unidade de medida	Quantidade		Custo	
		Prevista	Realizada	Previsto	Realizado
Pessoa beneficiada	Unidade	7133	1496	3.595.076,00	2.073.160,00

Ação. 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Tipo	Orçamentário
Finalidade	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes.
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar.
Unidade responsável pelas Decisões estratégicas	Ministério da Educação
Unidades executores	Universidade Federal de Sergipe
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	*
Coordenador nacional da ação	*
Responsável pela execução da ação ao nível local	Maria Teresa Gomes Lins

Resultados

O objetivo dessa atividade é propiciar assistência educacional aos dependentes dos servidores da FUFSE com idade de 0 a 6 anos para seu ingresso no ensino regular fundamental. Nesta atividade foi executada a importância de cento e setenta mil, novecentos e oitenta e seis reais e vinte centavos.

Alvo da ação	Unidade de Medida	Quantidade		Custo	
		Previs ta	Realiza da	Previsto	Realizado

Criança de 0 a 6 anos atendida	Unidade	206	226	163.542,00	170.986,20
--------------------------------	---------	-----	-----	------------	------------

Avaliação dos resultados: Meta suplantada.

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Efetivar o pagamento de auxílio transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedade de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
Descrição	Pagamento de auxílio transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Educação
Unidades executores	Universidade Federal de Sergipe
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	*
Coordenador nacional da ação	*
Responsável pela execução da ação no nível local	Maria Teresa Gomes Lins

Resultados

Proporcionar aos servidores públicos o recebimento do auxílio transporte, conforme estabelecido em lei. Para o cumprimento dessa ação a UFS utilizou, do orçamento de 2009, o que se traduz

monetariamente em seiscentos e quatorze mil, quinhentos e oito reais e cinquenta e nove centavos.

Alvo da ação	Unidade de Medida	Quantidade		Custo	
		Prevista	Realizada	Previsto	Realizado
Servidor beneficiado	Unidade	357	926	471.679,00	614.508,59

Avaliação dos resultados: Meta suplantada. O quantitativo realizado depende do número de servidores que requerem o auxílio.

Ação 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Educação
Unidades executores	Universidade Federal de Sergipe
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	*
Coordenador nacional da ação	*
Responsável pela execução da ação ao nível local	Maria Teresa Gomes Lins

Resultados

Proporcionar aos servidores públicos o recebimento do auxílio alimentação, conforme estabelecido em lei. Para cumpri-la, a UFS utilizou a dotação de dois milhões, setecentos e sessenta e nove mil quatrocentos e nove reais e vinte e sete centavos.

Alvo da ação	Unidade	Quantidade	Custo
--------------	---------	------------	-------

	de medida	Previst a	Realiza da	Previsto	Realizado
Servidor beneficiado	Unidade	1569	1950	2.372.355,00	2.769.409,27

Avaliação dos resultados: Meta suplantada. Os gastos foram realizados de acordo com o quantitativo de servidores beneficiados.

3. Programa – 1067 Gestão da Política de Educação

Tipo de programa	Gestão de políticas públicas
Objetivo geral	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da educação.
Gerente do programa	Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha
Gerente executivo	Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha
Indicadores ou parâmetros utilizados	*
Público-alvo (beneficiários)	Governo

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Educação
Unidades executores	Universidade Federal de Sergipe
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	*
Coordenador nacional da ação	Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha
Responsável pela execução da ação ao nível local	Maria Teresa Gomes Lins

Resultados

Esta atividade tem como objetivo assegurar a qualificação dos servidores públicos federais para desempenhar com eficiência as suas atribuições. Verifica-se, que em 2009 esta atividade foi contemplada, em sua realização, com R\$ 415.590,97 (quatrocentos e quinze mil quinhentos e noventa reais e noventa e sete centavos).

Alvo da ação	Unidade de medida	Quantidade		Custo	
		Prevista	Realizada	Previsto	Realizado
Servidor capacitado	Unidade	876	449	640.750,00	415.590,97

Avaliação dos resultados: Meta não atingida. Considerando as dificuldades decorrentes das limitações de espaços para promoção de ações de treinamento e desenvolvimento da Universidade Federal de Sergipe, o Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos ficou impossibilitado de atender os 876 servidores programados.

4. Programa 1073 – Universidade do Século XXI

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento.
Gerente do programa	Ronaldo Mota
Gerente executivo	Maria Ieda Costa Diniz
Indicadores ou parâmetros utilizados	*
Público-alvo (beneficiários)	Alunos e professores das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, bem como bolsistas das IES privadas

Ação 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais.
Descrição	Pagamento da contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Educação
Unidades executores	Universidade Federal de Sergipe
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	*
Coordenador nacional da ação	Ronaldo Mota
Responsável pela execução da ação ao nível local	Maria Teresa Gomes Lins

Resultados

Meta atingida. Todos os servidores públicos desta IFES estão contemplados com o pagamento da contribuição em evidência.

Ação 1H81 - Expansão do Ensino Superior - Campus de Itabaiana

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Viabilizar a implantação do campus de Itabaiana, objetivando realizar educação superior de graduação e de pós-graduação, atividades de extensão e desenvolver pesquisas.
Descrição	Construção e reforma de edifícios, aquisição de equipamentos, manutenção, serviços de terceirização, por meio de licitações de acordo com as legislações específicas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Educação
Unidades executores	Universidade Federal de Sergipe
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	*
Coordenador nacional da ação	Ronaldo Mota
Responsável pela execução da ação ao nível local	Marcelo Alário Ennes

Resultados

Implantação do campus de Itabaiana objetivando realizar educação superior de graduação e de pós-graduação, atividades de extensão e desenvolvimento da pesquisa. Essa ação é de crucial importância para o desenvolvimento sergipano, posto que leva a educação de nível superior à uma localidade interiorana do Estado, no caso o município de Itabaiana. Para a Universidade Federal de Sergipe essa ação

representou o marco inicial de uma política de inserção por meio da descentralização que buscou favorecer, sobretudo, àqueles cujo poder aquisitivo não lhes permitem a admissão em uma universidade pública localizada na capital.

As despesas e investimentos realizados nessa ação equivaleram a 2.131.137,03 (dois milhões cento e trinta e um mil cento e trinta e sete reais e três centavos), que em termos percentuais correspondem a 0,86% da dotação direta.

Alvo da ação	Unidade de medida	Quantidade		Custo	
		Previsão	Realizada	Previsto	Realizado
Vaga disponibilizada	Unidade	500	500	2.183.594,00	2.131.137,03

Avaliação dos resultados: Meta Atingida.

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Apoiar os estudantes do ensino de graduação, mantendo, a critério da instituição, os restaurantes universitários, as casas de estudantes e a assistência médico-odontológica.
Descrição	Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, entre outras iniciativas típicas de assistência social ao educando, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o bom desempenho do aluno na escola.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Educação
Unidades executores	Universidade Federal de Sergipe
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	*
Coordenador nacional da ação	Ronaldo Mota
Responsável pela execução da ação no nível local	Arivaldo Montalvão Filho

Resultados

Esta atividade objetiva proporcionar o fornecimento de refeições subsidiadas, o atendimento médico-odontológico e a oferta de alojamento aos alunos dos cursos de graduação. A dimensão e a destinação desse subsídio variam de uma universidade para outra.

Em 2009, a FUFSE destinou quatro milhões trezentos e cinquenta e cinco mil oitocentos e quatro reais à manutenção desta atividade. Os principais gastos realizados foram com bolsas para alunos da

graduação, equivalendo ao valor de R\$ 2.424.416,00 (dois milhões quatrocentos e quatorze mil, quatrocentos e dezesseis reais) e material de consumo, que importou em R\$ 396.142,64 (trezentos e noventa e seis mil, cento e quarenta e dois reais e sessenta e quatro centavos).

Alvo da ação	Unidade de medida	Quantidade		Custo	
		Prevista	Realizada	Previsto	Realizado
Aluno assistido	Unidade	2970	2970	2.837.212,00	2.835.865,27

Avaliação dos resultados: Meta realizada, apesar dos reduzidos recursos frente à necessidade de concretização dessa ação, considerando o grande quantitativo de graduandos na instituição, a UFS conseguiu realizar a meta, pois no exercício de 2009 houve plena efetivação dos programas de assistência para o educando na instituição.

Ação 4004 - Serviço à Comunidade por Meio da Extensão Universitária

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Oportunizar ao aluno universitário a consolidação dos conhecimentos com a prática, mediante atividades voltadas para a coletividade, viabilizando a prestação de serviços sociais e a integração entre a instituição e a comunidade.
Descrição	Realização de cursos de capacitação e qualificação de recursos humanos; promoção de congressos, seminários e simpósios científicos e culturais; desenvolvimento de programas de assistência social a comunidades carentes, implementação de ações educativas e culturais, além da manutenção da infra-estrutura da extensão universitária para garantir o seu funcionamento.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Educação
Unidades executores	Universidade Federal de Sergipe
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	*
Coordenador nacional da ação	Ronaldo Mota
Responsável pela execução da ação no nível local	Ruy Belém de Araujo

Resultados

A extensão forma, com o ensino e a pesquisa, o conjunto das atividades fins das IFES e tem por objetivo promover a sua integração com a comunidade, mediante a participação dos corpos docente, discente e técnico-administrativo em trabalhos voltados para a coletividade. Esta atividade tem pequena participação no orçamento próprio da FUFSE (0,09%), ou seja, duzentos e vinte mil, setecentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos. Para a realização desta ação são captados, também, créditos de terceiros por meio de descentralização de crédito.

Alvo da ação	Unidade de medida	Quantidade		Custo	
		Prevista	Realizada	Previsto	Realizado
Pessoa beneficiada	Unidade	210.000	304.050	230.000,00	220.765,57

Avaliação dos resultados: Meta suplantada.

Ação 4008 - Acervo Bibliográfico destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Possibilitar a manutenção, a preservação, a disponibilização e ampliação do acervo bibliográfico das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino, para a melhoria da qualidade do ensino de graduação.
Descrição	Aquisição de bibliografia básica para o ensino de graduação. Ordenação, catalogação, manutenção de sistemas informatizados, limpeza, manutenção e recuperação do acervo.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Educação
Unidades executores	Universidade Federal de Sergipe
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	*
Coordenador nacional da ação	Ronaldo Mota
Responsável pela execução da ação ao nível local	Rosa Gomes Vieira

Resultados

Esta ação objetiva a ampliação, atualização, conservação e restauração do acervo das bibliotecas das Instituições Federais de Ensino Superior. Na sua execução foram gastos um milhão e trinta e

quatro mil, cento e quarenta e nove reais e oitenta e um centavos. Equivalente a 0,43% da dotação direta executada

Alvo da ação	Unidade de medida	Quantidade		Custo	
		Prevista	Realizada	Previsto	Realizado
Volume adquirido	Milhar	15.000	16.565	1.500.000,00	1.034.149,81

Avaliação dos resultados: Meta suplantada. A política marcante, viabilizada através do programa PROQUALI, estimulou a aquisição de material bibliográfico, com utilização plena dos créditos liberados, inclusive com complementação dos valores investidos a partir da utilização de outro programa. A realização muito acima da meta prevista ocorreu, também, devido às licitações através do pregão eletrônico, que propiciou compras com preços acessíveis.

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Garantir o funcionamento do curso de graduação das instituições Federais de Ensino Superior - IFES, formar profissionais de alta qualificação para atuar nos diferentes setores da sociedade, capazes de contribuir para o processo de desenvolvimento nacional, com transferência de conhecimento pautada em regras curriculares.
Descrição	Manutenção da infra-estrutura física do campus, manutenção dos serviços terceirizados, pagamento dos serviços públicos e de pessoal ativo, incluindo participação em órgãos colegiados que congreguem o conjunto das instituições federais de ensino superior.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Educação
Unidades executores	Universidade Federal de Sergipe
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	*
Coordenador nacional da ação	Ronaldo Mota
Responsável pela execução da ação ao nível local	Francisco Sandro Rodrigues Holanda

Resultados

Esta é a mais importante atividade da instituição e o seu objetivo é assegurar a manutenção e o desenvolvimento das ações do ensino de

graduação. A UFS foi beneficiada com cento e dezoito milhões trezentos e cinquenta e sete mil e quinhentos e sessenta reais, correspondendo a 58% da dotação direta executada no exercício. A dotação realizada está bem maior que a prevista devido aos créditos suplementares liberados ao longo do exercício, sobretudo no grupo despesas de pessoas.

Do total executado, a importância de R\$ 118.357.560,00 (cento e dezoito milhões trezentos e cinquenta e sete mil e quinhentos e sessenta reais) referiu-se às despesas de pessoal e encargos sociais dos servidores ativos da instituição. As despesas executadas de custeio e capital nesta ação equivaleram ao montante de R\$ 22.217.464,99.

Alvo da ação	Unidade de medida	Quantidade		Custo	
		Prevista	Realizada	Previsto	Realizado
Aluno matriculado	Unidade	20.833	22.584	93.793.848,00	138.793.477,10

Avaliação dos resultados: Meta suplantada. A inserção social através da educação tem sido a grande meta da instituição. Nesse sentido a UFS se somou ao Plano de Expansão do Governo Central implantando *campi* nas cidades de Itabaiana e Laranjeiras. Aderiu ao ensino de 3º grau à distância beneficiando a população dos municípios mais distantes da cidade de Aracaju. Contemplou convênio com o Governo do Estado para o projeto e construção do Campus de Lagarto. Ampliou, também, no Campus de São Cristóvão, o número de cursos e vagas ofertadas.

5. Programa 1375 - Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Formar pessoal de alto nível no país e no exterior, com vista à produção do conhecimento científico, para a solução dos grandes desafios educacionais, econômicos e sociais do Brasil.
Gerente do programa	Jorge Almeida Guimarães
Gerente executivo	Emídio Cantídio de Oliveira Filho
Indicadores ou parâmetros utilizados	
Público-alvo (beneficiários)	Alunos de Pós-Graduação, professores de ensino superior, pesquisadores, bem como o cidadão graduado que demonstre interesse em capacitação pós-graduada.

Ação 4006 - Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Formar profissionais de alta qualificação para atuar nos diferentes setores da sociedade, capazes de contribuir para o processo de desenvolvimento nacional, com transferência de conhecimento pautada em regras curriculares.
Descrição	Desenvolvimento de ações para assegurar a manutenção e o funcionamento dos cursos de pós-graduação nas Instituições Federais de Ensino Superior, correspondendo a dispêndios com a coordenação dos programas de pós-graduação, abrangendo organização das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Manutenção de infra-estrutura física, serviços terceirizados, pagamento de serviços públicos, entre outros.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Educação
Unidades executores	Universidade Federal de Sergipe
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	*
Coordenador nacional da ação	Jorge Almeida Guimarães
Responsável pela execução da ação ao nível local	Cláudio Andrade Macedo

Resultados

Esta atividade tem o objetivo de promover o aperfeiçoamento de recursos humanos para o desenvolvimento científico e tecnológico. Na sua manutenção foram utilizados dois milhões, cinqüenta e seis mil, cento e nove reais e setenta centavos.

Alvo da ação	Unidade de medida	Quantidade		Custo	
		Prevista	Realizada	Previsto	Realizado
Aluno matriculado	Unidade	1.600	1.700	2.372.579,00	2.056.109,70

Avaliação dos resultados: Meta suplantada.

Ação 8667 - Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Assegurar a manutenção dos meios que

	concorram para o fomento da pesquisa na descoberta de conhecimentos novos no domínio científico e tecnológico, na busca da melhoria da qualidade de vida da coletividade.
Descrição	Estudos, análises, diagnósticos e pesquisas e publicações científicas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Educação
Unidades executores	Universidade Federal de Sergipe
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	*
Coordenador nacional da ação	Jorge Almeida Guimarães
Responsável pela execução da ação ao nível local	Cláudio Andrade Macedo

Resultados

Esta atividade tem como objetivo assegurar a manutenção das ações e dos meios que concorrem para o fomento da pesquisa, na busca da melhoria da qualidade de vida da coletividade. Verificou-se em 2009, que as despesas executadas somaram um montante de R\$ 663.519,53 (seiscentos e sessenta e três mil, quinhentos e dezenove reais e cinquenta e três centavos), que equivaleram a 0,28% da dotação direta executada.

Alvo da ação	Unidade de medida	Quantidade		Custo	
		Prevista	Realizada	Previsto	Realizado
Pesquisa publicada	Unidade	3.000	3.300	596.537,00	663.519,53

Avaliação dos resultados: Meta suplantada. A dotação realizada está maior que a prevista, em virtude de recebimento de créditos suplementares ocorridos ao longo do ano de 2009.

6 Programa 1378 - Desenvolvimento do Ensino Médio

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Garantir o acesso e a permanência no ensino médio a todos os adolescentes e jovens com melhoria de qualidade.
Gerente do programa	Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva
Gerente executivo	Godiva de Vasconcelos Pinto
Indicadores ou parâmetros utilizados	
Público-alvo	Adolescentes e jovens e adultos do

(beneficiários)	ensino médio regular.
-----------------	-----------------------

Ação 2991 - Funcionamento do Ensino Médio na Rede Federal

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Garantir a manutenção e custeio da rede federal responsável pela oferta de vagas de Ensino Médio, visando melhoria de sua qualidade e propiciando condições para absorver as mudanças das novas diretrizes para este nível de ensino.
Descrição	Esta ação será viabilizada através da manutenção das instituições por meio da sua gestão
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Educação
Unidades executores	Universidade Federal de Sergipe
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	*
Coordenador nacional da ação	Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva
Responsável pela execução da ação ao nível local	Nemésio Augusto Álvares Silva

Resultados

Garantir a manutenção e custeio da rede federal responsável pela oferta de vagas de ensino médio, visando melhoria de sua qualidade e propiciando condições para absorver as mudanças das novas diretrizes para este nível de ensino.

Alvo da ação	Unidade de medida	Quantidade		Custo	
		Previs ta	Realiza da	Previsto	Realizad o
Aluno atendido	unidade	448	448	142.800,00	0,00

Avaliação dos resultados: Meta atingida. O Colégio de Aplicação foi totalmente financiado com os créditos inerentes à Universidade Federal de Sergipe.

7.Programa 0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

Tipo de programa	Operações especiais
Objetivo geral	Operações especiais: cumprimento de sentenças judiciais

Gerente do programa	*
Gerente executivo	*
Indicadores ou parâmetros utilizados	*
Público-alvo (beneficiários)	Operações especiais: cumprimento de sentenças judiciais

Ação 0005 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Cumprir as decisões judiciais relativas a Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado devidas pela União, Autarquias e Fundações Públicas.
Descrição	Pagamento de precatórios devidos pela União, Autarquias e Fundações Públicas em razão de Sentença Transitada em Julgado.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Educação
Unidades executores	Universidade Federal de Sergipe
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	*
Coordenador nacional da ação	*
Responsável pela execução da ação ao nível local	Maria Teresa Gomes Lins

Resultados

Não houve previsão para esta ação posto que ela depende dos ganhos de causas na justiça por parte dos que reivindicam direitos. No exercício 2009 foi transferida a importância de R\$ 1.265.457,98 (um milhão duzentos e sessenta e cinco mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e noventa e oito centavos).

c) AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS DA UNIDADE.

No decorrer dos trabalhos de auditoria realizados na instituição, durante o exercício de 2009, verificamos controles administrativos em diversos setores. De forma geral, os mesmos são aderentes às normas e rotinas administrativas. Todavia, alguns controles administrativos apresentam fragilidades, sendo justificado pela limitação de pessoal, a exemplo dos setores de transporte, recursos humanos, obras e fiscalização.

d) REGULARIDADE DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS.

Do universo dos processos apresentados a seguir, foram analisados 16 (dezesseis) processos a saber: 3549/09, 8095/09, 8622/09, 620/09, 8004/09, 8527/09, 14514/08, 5898/09, 7020/09, 17611/08, 1448/08, 5908/09, 1115/09, 5274/09, 16680/08, 3549/09. No exercício de 2009 foram realizados: 165 (cento e sessenta e cinco) Pregões Eletrônicos, dos quais 10 (dez) cancelados e 02 (dois) desertos; 14 (catorze) Concorrências Pública, das quais 04 (quatro) canceladas; 105 (cento e cinco) Dispensas de licitação; 17 (dezesete) Inexigibilidades; 09 (nove) Tomadas de Preços, das quais 01 (uma) cancelada e 01 (uma) em andamento; 18 (dezoito) cotações eletrônicas. Situação apresentada em 15 de janeiro de 2009, conforme observado pela equipe da auditoria interna no setor competente desta Universidade. Com referência aos processos relativos à dispensa e inexigibilidade, ficou constatado o objeto da contratação e o valor, a fundamentação, identificação do responsável pela fundamentação da escolha da modalidade e dos contratados e, ainda das empresas consultadas no caso de dispensa. Os procedimentos licitatórios, encontram-se dentro das formalidades exigidas, conforme anexo I.

e) GERENCIAMENTO DA EXECUÇÃO DOS CONVÊNIOS, ACORDOS, AJUSTES.

Dos 29 (vinte e sete) Convênios firmados, 07 foram objeto de análise por parte da auditoria interna a saber: 1461.038/09, 1473.049/09, 1478.053/09, 1479.054/09, 1480.055/09, 1484.059/09, 1500.074/09, sendo observado que os mesmos foram acompanhados pelo setor de Convênios desta FUFES, ainda observadas as metas previstas, os resultados alcançados e a situação da prestação de contas, bem como os atos e fatos que porventura prejudicaram o desempenho, com a finalidade de comprovar a legitimidade e a legalidade dos mesmos.

Gerenciamento da Execução dos Convênios, Acordos e Ajustes Firmados							
Nº do Convênio	Objeto	Valor	Metas ou objetivos previstos	Resultados Alcançados	Situação da Prestação de Contas	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências adotadas para os casos onde houver atraso ou ausência das prestações de conta parcial ou final
995.10 5/2004	Execução da Pesquisa "Inseticida e fungicida botânico para contenção de praga e doenças em citros"	Vl. global 95.620,00					
996.10 6/2004	Execução de Pesquisa Cons. e util. de erva-cidreira-bras visando exportação do seu óleo essencial	Vl. global 34.990,00					
1155.1 10/2006	Implantação do Laboratório de Catálise do Depto. de Eng. Química da UFS, visando estudar o craqueamento de frações pesadas de petróleo	Vl. global 1.274.062,74 Vl. aportado 146.954,12	Este projeto tem como objetivo implementar o Laboratório de Catálise da Universidade Federal de Sergipe através da: - Construção de um laboratório com área de aproximadamente de 100 m ² bem como de casa de gases e capela, para instalar	O Projeto já foi executado quase na totalidade, inclusive a UFS já está entrando em contato com a Petrobras para agendar a inauguração.	A FAPASE - Fundação de Apoio a Pesquisa e Extensão de Sergipe, já realizou prestação de contas parcial, com subsequente recebimento por parte da Petrobras da segunda e última parcela dos recursos	Nesta etapa de desenvolvimento do projeto já não mais encontramos maiores dificuldades.	Ao término do convênio a Fundação irá providenciar a prestação de contas final a ser submetida à Petrobras e ANP - Agência Nacional do Petróleo Gás e Biocombustíveis, órgão de acompanhamento e fiscalização

		<p>de forma adequada equipamentos que serão comprados através do presente projeto, de tal forma a poder concentrá-los em apenas um local dentro do campus da Universidade Federal de Sergipe (UFS);</p> <p>- Compra de unidade multireatores equipada com cromatógrafo a gás para realização de testes catalíticos com alta capacidade de experimentos (catálise combinatorial) e de acessórios, materiais de laboratório, móveis e computadores;</p> <p>-Instalação, montagem e calibração dos equipamentos, bem como validação da</p>				
--	--	---	--	--	--	--

			operação.				
1220.0 20/200 6	Estudo de utilização de biossurfactante na extração do petróleo oriundo de Campos Maduro."	Vl. global 753.166,82	Produzir biossurfactante para serem utilizados na Recuperação de petróleos de campos maduros; - Definir condições operacionais para a obtenção de biossurfactante s; - Selecionar o tipo de microorganismo a ser utilizado no processo de obtenção do Biossurfactante ; Realizar planejamento experimental visando encontrar as condições operacionais ótimas para o processo de obtenção do biossurfactante ; Estudar a cinética de produção do biossurfactante para os diferentes microorganismos ;	O uso estatístico de técnicas estatísticas de planejamento experimental possibilitou a análise das melhores condições racionais de uso de materiais e concluir que o microorganismo utilizado possui capacidade confirmada de produção de biossurfactante. - a cepa obtida no processo de isolamento apresenta real capacidade de produção de biossurfactante; - o resíduo agroindustrial mostrou potencial como substrato na produção de biossurfactante, com perceptível redução de custos; - o planejamento experimental possibilita um bom direcionamento da otimização da	Realizadas pela FAPESSE quando da solicitação de liberação de parcelas	Demora no remanejamento solicitado resultando em atraso na aquisição de equipamentos importados que estavam previstos para serem adquiridos logo no início do projeto.	O projeto continua em andamento, logo não foi realizada a prestação de contas final.

		<p>Avaliar qual o processo de separação é economicamente viável para a recuperação, concentração e purificação do biossurfactante ;</p> <p>Caracterizar o biossurfactante quanto a: estrutura química, solubilidade, estabilidade térmica e química;</p> <p>Determinar o grau de toxidez do resíduo resultante do processo de obtenção do biossurfactante em relação ao meio ambiente e o homem;</p> <p>Avaliar, em escala de laboratório, a ação emulsificante do biossurfactante em amostras de petróleo de campo maduro oriundo da região de Carmópolis/Serg</p>	<p>produção;</p> <p>- os testes de aplicação com o biossurfactante produzido mostraram capacidade do mesmo de ser usado em biorremediação , na recuperação de petróleo e como emulsificante (E24)</p>			
--	--	---	---	--	--	--

			ipe/Brasil; Comparar o perfil de escoamento de petróleo em amostras de rochas com e sem a injeção do biossurfactante				
1222.0 22/200 7	Execução da Pesquisa "Revitalização do Rio São Francisco: Conservação in situ e ex situ de espécies arbóreas para recuperação de mata ciliar	Vl. global 115.920,00					
1223.0 23/200 7	Projeto de Automação e Controle de Processos Petrolíferos	Vl. global 1.574.702,72	<ul style="list-style-type: none"> •Criação de linhas de pesquisa em automação e controle na produção de petróleo e gás; •Desenvolvimento de sistemas ou métodos de automação e controle nas áreas de elevação, escoamento, medição de vazão e processamento primário relacionados com testes práticos. 	<ul style="list-style-type: none"> •A equipe executora do projeto tem se qualificado progressivamente visando ao completo cumprimento dos objetivos do projeto. •As pesquisas executadas no âmbito desse projeto têm sido importantes na melhoria dos sistemas de automação, instrumentação e controle das plantas-piloto instaladas no NuEx. 	Já foram realizadas duas prestações de contas parciais	O atraso verificado na obra de reforma do DEL/UFS visando, dentre outras coisas, viabilizar a implantação da versão preliminar do LACS, tem trazido dificuldades por conta da carência de espaço físico para que a equipe executora do projeto possa trabalhar de	Como o projeto ainda não terminou, ainda não foi realizada a prestação de contas final.

			<p>Além do atendimento a estes objetivos, os seguintes resultados são perseguidos ao longo do desenvolvimento deste projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Produção de trabalhos de pesquisa em cooperação com a UFRN sobre temas em torno da automação e controle dos processos empregados pela PETROBRAS na produção de petróleo; •Consolidação de laboratório de pesquisa e desenvolvimento em automação e controle a fim de atender a demandas da PETROBRAS/UFS nesta área; •Estreitamento das relações entre a PETROBRAS e a UFS e fortalecimento de linhas de 	<p>•O projeto tem contribuído para a consolidação da linha de pesquisa em automação e do LACS a fim de atender a demandas da PETROBRAS/UFS nesta área.</p> <ul style="list-style-type: none"> •O projeto tem fomentado o processo de aproximação e interação de pesquisadores do DEL/UFS com o pessoal do CENPES, da UNSEAL e da UFRN. •Um novo projeto de P&D intitulado "Suporte Experimental e Soluções em Automação e Monitoramento Térmico de Plantas de Processos Petrolíferos", foi apresentado no dia 27 de outubro do corrente, e pode ser considerado como um resultado direto do projeto atual. 	<p>forma adequada. Além disso, a compra de diversos equipamentos, necessários ao bom andamento do cronograma, tem sido postergada devido à indisponibilidade da versão preliminar do Laboratório de Automação, Controle e Simulação e também por conta da demora na liberação da terceira e última parcela dos recursos financeiros do projeto.</p>	
--	--	--	--	--	---	--

			<p>pesquisa em torno dos processos envolvidos na produção de petróleo;</p> <p>•Consolidação de mão-de-obra qualificada para o controle dos processos envolvidos na produção de petróleo, em particular utilizando a ferramenta computacional LabVIEW, além de outros ferramentais empregados pela PETROBRAS.</p>				
1224.0 24/200 7	Implementação de infra-estrutura do laboratório de Automação, Controle e Simulação Computacional (LACS)	Vl. global 3.931.764,80 Vl. aportado 1.179.529,44	É objetivo do projeto criar a infra-estrutura do Laboratório de Automação, Controle e Simulação - LACS para pesquisa e desenvolvimento que abranja os aspectos de automação e controle real, de modelagem e simulação de processos e de	Implantação quase concluída da versão preliminar do LACS no prédio do DEL; Acompanhamento das obras de instalações elétricas e de dados do prédio do NUPEG estão sendo constantemente feitas. O prédio, que abrigará o LACS,	São apresentados relatórios trimestrais desde o início do convênio, além de relatórios anuais consolidados. O convênio já foi aditivado em recursos e em prazo, sempre mediante prestações de contas das ações realizadas.	O enorme atraso na execução do cronograma inicial do convênio deve-se a numerosos fatores. Nossa opinião é que o principal fator, o que prepondera atualmente sobre os demais, é a	

			<p>desenvolvimento de sistemas em hardware dedicados à automação de processos, visando atender a demandas em áreas de pesquisa relacionadas com a produção de petróleo e gás, através da:</p> <p>Adequação das instalações prediais do DEL/UFS para implementar espaço preliminar provisório para a Sala de Automação e Controle - SAC; Construção da SAC no prédio do NUPEG; Construção da Sala de Modelagem e Simulação - SMS no prédio do NUPEG; Construção de salas para pesquisadores no prédio do NUPEG.</p>	<p>tem sua obra atualmente atrasada, em ritmo lento, ainda concluindo fase estrutural;</p> <p>A constante reavaliação e amadurecimento do projeto do LACS, com atualização/melhoria das especificações dos equipamentos que compõem o laboratório, obtenção de orçamentos atualizados, e amadurecimento do projeto de implantação do laboratório.</p>		<p>contratação de uma empreiteira que demonstra incapacidade financeira (ou mesmo técnica) de executar uma obra da magnitude e complexidade do NUPEG. Sugerimos consulta à coordenação executiva do NUPEG, que administra o convênio no que se refere à obra do NUPEG, por maiores detalhes sobre a obra.</p>	
1225.0 25/200	Implantação do Laboratório de	Vl. global					

7	Tecnologia de Cimentação de Poços-LTCP do Departamento de Fisica- DFI	4.093.990,87 Vl. aportado 1.228.197,26					
1226.026/2007	Implantação da infra-estrutura do laboratório de corrosão e propriedades mecânicas (LCPM)	Vl. global 3.998.750,26					
1227.103/2006	Implantação da infra-estrutura do laboratório de carac. e proces. de petróleo (LCPP) da UFS	Vl. global 2.713.350,16 Vl. aportado 814.005,04	- Criar infra-estrutura para um laboratório voltado à área de caracterização e processamento de petróleo, dentro do Núcleo Regional de Competência em Petróleo, Gás e Biocombustíveis (NUPEG) da UFS; - Dar suporte técnico e analítico nas áreas de processamento e caracterização de petróleos, instalando de forma adequada equipamentos e	Até o momento foram comprados alguns equipamentos que estão provisoriamente instalados no Laboratório de Análise de Flavor da UFS, sob a supervisão do Prof. Narendra Narain, ex-coordenador do Laboratório de Caracterização e Processamento de Petróleo. Além disso, encontra-se em construção o Prédio do NUPEG-SE - Núcleo de Excelência em Petróleo e Gás do Estado de Sergipe, prédio que irá abrigar outros laboratórios o	A FAPese - Fundação de Apoio a Pesquisa e Extensão de Sergipe, informou que já realizou prestação de contas parcial, com subsequente recebimento por parte da Petrobras da segunda parcela dos recursos.	As dificuldades estão relacionadas com demoras na construção do prédio do NUPEG-SE - Núcleo de Excelência em Petróleo e Gás do Estado de Sergipe, prédio que irá abrigar o LCPP - Laboratório de Caracterização e Processamento de Petróleo. A demora na construção gera também um atraso na compra de equipamentos por parte de universidade,	Ao término do convênio a Fundação irá providenciar a prestação de contas final a ser submetida à Petrobras e ANP - Agência Nacional do Petróleo Gás e Biocombustíveis, órgão de acompanhamento e fiscalização

			desenvolvendo metodologias de análises para o desenvolvimento de projetos de P&D, prestação de serviços e de consultoria.	LCP - Laboratório de Caracterização e Processamento de Petróleo.		pois estes não têm onde ser colocados.	
1228.1 04/2006	Desenvolvimento do projeto "Implantação da infra-estrutura do laboratório de produção, separação, caracterização, processamento e armazenamento de biocombustíveis da UFS (LCPB)	Vl. global 1.973.568,95	Criar a infra-estrutura do núcleo de produção, separação, caracterização, armazenamento e processamento de biocombustíveis (biodiesel) no Departamento de Engenharia Química da Universidade Federal de Sergipe para desenvolver linhas de pesquisa nas áreas de novas tecnologias	Construção, montagem e consolidação de uma estrutura de laboratórios modelo que realizarão estudos de síntese e caracterização de catalisadores para produção de biodiesel, assim como, produção, caracterização, processamento e armazenamento do biodiesel a fim de atender a demandas da PETROBRAS nesta área de pesquisa	Já foram realizadas duas prestações de contas parciais e está sendo realizada a terceira prestação de conta parcial	Os fatos que estão prejudicando o desempenho do convênio são os atrasos na construção do prédio. Contudo o projeto encontra-se em andamento	
1229.1 05/2006	Desenvolvimento do Projeto "Implantação de infra-estrutura do LMCg do NEREN e do DEA da UFS	Vl. global 5.534.038,89					
1231.1 06/2006	Implantação de Infra-estrutura do laboratório de Tecnologia e	Vl. global 3.271.637,48					

	Monitoramento Ambiental (LMTA) do Núcleo Regional de Competência da UFS						
1292.0 87/200 7	Execução do Projeto "Desenvolvimento de um processo de abatimento de sulfeto da água produzida na exploração de petróleo"	Vl. global 428.336,00					
1305.1 00/200 7	Execução do Projeto "Consolidação da Pesquisa na Universidade Federal de Sergipe VI"	Vl. global 619.841,00	Expansão do pólo de novos materiais do Departamento de Física e do Programa de Pós Graduação em Física e Aquisição de equipamentos para o programa de Pós-Graduação em Biotecnologia, Farmácia e Ciências e Tecnologia de Alimentos.	Foi solicitada a FINEP a mudança de rubrica de obras para equipamentos e a FINEP aceitou. Diante disto foi solicitado prorrogação de prazo do convênio para efetuar a compra destes equipamentos, solicitação está também atendida pela FINEP. Neste momento estamos aguardando a abertura da licitação para compra dos equipamentos.	Em contato com a FAPese - Fundação de Apoio a Pesquisa e Extensão de Sergipe, que é a entidade responsável pela gerência do financeira do projeto, fomos informados que ainda não foi feita a prestação de contas parcial deste convênio devido a ainda não ter sido efetuada nenhuma compra	O valor originalmente previsto para obra não foi suficiente. Diante disto foi solicitada a mudança na rubrica obras para equipamentos. Solicitação esta atendida pela FINEP. A dificuldade encontrada diz respeito a demora na tramitação das solicitações	
1315.1	Caracterização	Vl.	Voltado a	O Projeto já	O projeto já teve	Atrasos em	

10/2007	Multiescalar de Reservatórios com Foco na Qualidade de Reservatório, na Região do Alto do Aracaju	global 1.244.168,07 Vl. aportado 343.316,67	"Caracterização Multiescalar de Reservatórios na Bacia Sergipe Alagoas", envolvendo particularmente as regiões do Alto de Aracaju e Alto de Japoatã. Financiamento Petrobras/CENPES, Programa de Recuperação de Áreas Maduras. Desenvolvido a partir de 2007. Tendo como alvos os reservatórios pré-rifte e rifte da Bacia Sergipe-Alagoas.	estão em sua etapa final, com aditamentos de prazo para conclusão de atividades de consolidação de banco de dados e interpretações correspondentes aos objetivos. Foram realizadas entregas de Relatórios Semestrais.	Prestações de Contas realizadas	Prestações de Contas e Retardos nos Repasses de Recursos, entre outros aspectos relacionados ao atendimento de normas de licitações, levaram a retardos nas atividades técnicas e aos Aditamentos de Prazo solicitados e recebidos no	
1324.15/2007	Execução de ações que possibilitem a identificação, reconhecimento e delimitação das áreas remanescentes de quilombos	Vl. global 90.000,00					
1336.015/2008	Desenvolver o Projeto "Caracterização de incrustações e processos corrosivos em tubulações de poços petróleo de SE	Vl. global 593.244,48	O objetivo é caracterizar os componentes de incrustações e processos de corrosão presentes na superfície interna	1.Caracterização de amostras de água produzida dos poços de petróleo da Estação de Siririzinho. 2 Mapeamento da estação terrestre		O único fato que tem prejudicado o projeto em relação ao cumprimento de suas metas é a impossibilidade	A prestação de contas ainda não foi realizada porque o projeto ainda não foi encerrado e também em razão dos recursos financeiros não terem sido plenamente utilizados. Os

			tubos de aço empregados para o escoamento de petróleo em poços de Sergipe.	de Siririzinho (SZ). Caracterização de água produzida por meio de simulação em laboratório. Análise e caracterização de amostras de incrustação por meio de difração de raios, Espectroscopia no infravermelho com Transformada de Fourier e por meio de análises térmicas. Contratação de pessoal: uma mestra em química e um físico júnior foram contratados em 2009, tendo permanecido também no quadro de profissionais uma técnica em química, contratada em setembro de 2008		de realização de análises de fluorescência de raios X. De acordo com a FAPESE, o equipamento necessário para essas análises será adquirido no primeiro semestre do 2010	recursos financeiros serão gastos, conforme previsto, a partir do momento que as análises de fluorescência de raios X puderem ser realizadas na rotina do projeto. Para isso, foi solicitada à FAPESE uma prorrogação do prazo de execução do projeto por 365, a contar a partir de 13 de março de 2010
1345.1 08/206	Execução do Projeto do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia no âmbito do PRONERA	Vl.glob al 630.000 ,00 Vl. aportad o 177.888 ,32	Formar profissionais para o ensino das disciplinas pedagógicas dos Cursos Normais e para o exercício da docência na	O curso está organizado em 12 módulos e como resultados alcançados indicamos a efetivação de 07 módulos	A prestação de contas é realizada pela conveniente FAPESE ao INCRA, ao final da execução dos planos de trabalho, tratando-se de relatórios	Como fatos que prejudicam o desempenho do convênio, indicamos a dificuldade na liberação dos recursos pelo INCRA, que deveria ter	Ao final do curso, previsto para meados de 2011 é que ocorrerá a prestação de contas final

			Educação Infantil e nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental, e de coordenação e assessoramento pedagógico em órgãos do sistema educacional.		parciais	ocorrido no início do ano civil de 2009, mas ocorreu apenas ao final do ano, inviabilizando a execução dos módulos com maior flexibilidade de tempo	
1346.0 24/200 8	União de esforços para o desenvolvimento do Projeto "Desenvolvimento de Nanocompósitos com Propriedades Biocidas para Prevenção da Corrosão Bacteriana	Vl. global 1.708.971,20	Vide anexo	Vide anexo	Vide anexo	Vide anexo	Vide anexo
1357.0 34/200 8	Implantação de Estrutura para Pesquisa dos Campi de Itabaiana, Laranjeiras e da Saúde"	Vl. global 434.196,00	Implantação de Infraestrutura de Pesquisa nos Campi de Itabaiana e Laranjeiras, por meio da criação do NIPEC-Núcleo Integrado de Pesquisa em Educação e Ciências no Campus de Itabaiana, e do CTPR-Centro de Tecnologia da	a) Aproximadamente 70% dos equipamentos solicitados já foram adquiridos, relacionados às demandas dos campis de Itabaiana e Laranjeiras; b) A obra de construção do Prédio do NIPEC (Núcleo Integrado de Pesquisa em Educação e	4. Ainda não foi realizada a prestação de contas final, somente prestação de contas parciais, uma vez que o prazo de execução do projeto foi estendido, em face de remanejamento de parte dos recursos da rubrica "equipamentos" para a rubrica	O andamento do projeto tem sofrido alguns atrasos por motivos diversos; a) Inicialmente e a cotação do dólar sofreu ajustes para valores acima daqueles do momento da concepção do projeto,	

			<p>Preservação e Restauro, no Campus de Laranjeiras, a partir da aquisição de equipamentos para pesquisa e investimentos em obras de construção (NIPEC) e reforma (CTPR).</p>	<p>Ciências) já tem também 70% do que foi projetado e construído, restando apenas a fase de acabamento para a sua conclusão; c) Com a aquisição dos equipamentos tem sido possível o desenvolvimento de pesquisas, assim com a implementação de novos grupos com credenciamento junto ao CNPq (Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico), com envolvimento de docentes e discentes de graduação e Pós-Graduação.</p>	<p>"obras", conforme anuência da FINEP-Financiadora de Projetos (documentação em anexo), o que também ensejou em atrasos na condução do projeto, em face do aguardo de posição da FINEP.</p>	<p>causando repetidas ocorrência de itens "deserto", uma vez que os preços de mercado dos equipamentos são, em geral, orientados pela cotação da citada moeda; b)Foram realizadas repetidas licitações, em razão do exposto acima, que permitiram atrasos na aquisição de equipamentos, considerando os preços praticados no mercado; c)A reforma do CTPR (Centro de Tecnologia da Preservação e Restauro) sofreu atrasos para o seu inicio uma vez que todo o processo da concepção do</p>	
--	--	--	---	---	--	---	--

						projeto até a sua finalização passou por vários ajustes segundo a orientação do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), por se tratar de reforma em edificações restauradas com recursos do IPHAN. A reforma de salas para a implantação do CTPR em Laranjeiras, ainda não foi	
1367.0 44/200 8	Proporcionar aos servidores da UFS a possibilidade de ingresso no Plano de Saúde GEAP-Referência	Vl. global 5.163.000,00	O Convênio tem como objetivo proporcionar aos servidores da UFS ativos e inativos e seus respectivos grupos familiares definidos, bem como aos pensionistas, a possibilidade de ingresso no Plano de Saúde	A disponibilidade, para os servidores que aderiram o plano, de assistência médica ambulatorial, hospitalar, fisioterápica, psicológica, fonoaudiológica (nos limites previstos no rol de Procedimentos da ANS) e	Em relação à prestação de contas, a GEAP tem apresentado, mensalmente, quadro demonstrativo onde figura, detalhadamente, a receita arrecadada e as despesas verificadas com os Pensionistas, Titulares e seus dependentes dos	Não houve	O convênio foi assinado em 12/09/2008 e está em plena vigência

			GEAP-Referência, registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar sob o número 455.830/07-8, na modalidade de Coletivo por Adesão, com abrangência nacional, administrado pela Fundação.	farmacêutica, compreendendo partos e tratamentos, realizados exclusivamente no país, com padrão enfermaria, centro de terapia intensiva ou similar, quando necessária à internação hospitalar, das doenças listadas na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, da Organização Mundial de Saúde.	Planos de Saúde		
1384.059/2008	Participação da Petrobras na implantação da infra-estrutura laboratorial nas instalações da UFS visando sua capacitação para pesquisas	Vl. global 9.515.754,22 Vl. aportado 4.058.167,40	Esse convênio tem como objetivo viabilizar a execução de uma infra-estrutura integrada de laboratórios nas UFS, em uma única edificação, voltadas às atividades diversificadas da área de petróleo, gás e energia.	Os recursos provenientes desse convênio foram disponibilizados a partir do mês de agosto de 2008 e têm sido utilizados para a melhoria de acesso e das vias de circulação interna da UFS e da construção da edificação principal do NUPEG-SE que abrigará sete laboratórios, com	Tendo em vista as características do plano de trabalho, o aporte financeiro para o presente Convênio deverá ser feito em três parcelas. A primeira parcela foi repassada quando da assinatura do mesmo. A segunda parcela foi repassada quando da prestação parcial de contas da primeira parcela. 0	Até a presente data não existiram quaisquer fatos que prejudicassem o desempenho do convênio. No entanto, em função do atraso das obras de infra-estrutura física do NUPEG-SE, faz-se necessário de aditivo de	A prestação de contas final, com todos os comprovantes de execução financeira, ainda serão encaminhados pela FAPese (Instituição Executora) ao final do Convênio, conforme previsto.

				<p>área de 9.208m², um prédio destinado a conter o microscópio eletrônico, com 172m² e um galpão para recebimento, preparação e tratamento de testemunhos, com 400m², desse modo os resultados alcançados dizem respeito à melhoria do sistema viário, o qual já foi concluído e à continuidade da construção das edificações do NUPEG que estão em andamento, conforme previsto no Convênio.</p>	<p>convênio prevê a elaboração de relatórios trimestrais que são repassados para a PETROBRAS. Nesses relatórios são apresentados os desembolsos financeiros referentes ao Convênio, de tal modo que servem para o acompanhamento do convênio por parte da Petrobras e também como instrumento de prestação de contas</p>	<p>prazo do convênio para que as edificações sejam concluídas.</p>	
1395.1 09/200 6	Identificação, caracterização biológica e molecular de vírus que infectam pomares de maracujá e epidemiologia dos vírus que infectam pomares de maracujá do Estado de Sergipe	Vl. global 63.090,00	Vide anexo	Vide anexo	Vide anexo	Vide anexo	Vide anexo
1421.0 87/200 8	Relização da pesquisa "Caracterização Geológica da	Vl. global 1.368.394,54	O projeto de pesquisa faz parte de um projeto mais	A primeira (estado da arte sobre o conhecimento	A primeira prestação de contas está sendo encaminhada este	Sim. As dificuldades para se obter um espaço	

<p>Plataforma Continental e da Influência dos Aportes Fluviais na Região Norte do Estado de Sergipe</p>	<p>Vl. aportado 460.488,36</p>	<p>amplo que tem como objetivo a caracterização geológica, química e biológica da Bacia de Sergipe e Alagoas. O projeto global será pautado na avaliação de informações pré-existentes e na coleta de dados em campo, compreendido entre a foz dos rios São Francisco e Sergipe, e na integração das informações, que deverão ser incorporados a banco de dados ambientais, de forma suplementar o conhecimento disponível da região.</p> <p>Objetivos Específicos</p> <p>Levantar as informações geológicas/geomorfológicas já existentes</p>	<p>existente) e segunda fase do projeto (mapeamento geológico dos sedimentos superficiais da plataforma continental) estão em andamento e a conclusão está prevista para o final do 1º semestre 2010. A 3ª fase (participação nos projetos de química e biologia não realizada uma vez que estes projetos ainda não foram iniciados, o que está previsto para ocorrer em 2010). A 4ª fase, como previsto, foi iniciada em janeiro 2010.</p>	<p>mês, com atraso. As principais razões para o atraso são: 1) ocorreu atraso na execução financeira devido a dificuldades não previstas inicialmente na contratação de serviços e na aquisição de equipamentos e 2) ocorreram mudanças nas normas ou procedimentos a serem observados na execução financeira, o que criou dificuldades e atrasos na aplicação dos recursos.</p> <p>O que observamos é que a cada dia aparecem ou passam a ser exigidas mais e mais normas e procedimentos, mais e mais controles, sem se observar a necessidade de compatibiliza-las com a execução do projeto, sem se observar a necessidade de compatibilizar com o tempo disponível da coordenação do</p>	<p>físico adequado e para adequar as instalações físicas às necessidades do projeto no que tange à realização de análises laboratoriais provocou um atraso de aproximadamente 6 meses. Por outro lado, as dificuldades de execução financeira do projeto, devido a necessidade de se adequar a novas regras e procedimentos que foram sendo exigidas após o início do projeto, atrasaram sobremaneira a aquisição de equipamentos, a montagem do laboratório e a contratação de serviços de terceiros.</p>	
---	--------------------------------	--	---	---	--	--

		<p>na literatura científica sobre a plataforma continental do estado de Sergipe e integra-las em Sistema de Informações Geográficas - SIG e em mapas temáticos.</p> <p>Realizar mapeamento e levantamento sonografico, na escala 1:250.000, da região norte de Sergipe, de modo a ter integrados, em um mesmo mapa e em um mesmo banco de dados, as informações das áreas submersas (plataforma continental).</p> <p>Caracterizar a granulometria e dos sedimentos superficiais da plataforma continental na área compreendida entre os rios</p>		<p>projeto para estas atividades e com o tempo necessário para os demais compromissos, estudos e obrigações a serem cumpridos pelos executores do projeto. Apesar de reconhecermos a necessidade de se ampliar os controles administrativos-financeiros, chamamos a atenção para a necessidade de um equilíbrio com a execução do projeto, caso contrário há o risco de impedir de que se alcance seus objetivos maiores, isto é, as metas técnicas e de pesquisa previstas no mesmo.</p>	<p>Da mesma forma, a proibição de contratação de serviços de outras fundações universitárias, no caso, com o objetivo de realização de análises, criaram um sério problema para a sua execução, uma vez que estava planejado a sua realização por laboratórios de instituições universitárias. Só recentemente conseguimos viabilizar a realização de uma primeira licitação para contratação de empresa privada. Diante da impossibilidade de participação</p>	
--	--	--	--	---	---	--

		<p>São Francisco e Sergipe.</p> <p>Realizar a caracterização geofísica e sedimentológica da região da desembocadura do rio São Francisco.</p> <p>Caracterizar a granulometria, carbonatos, teor de matéria orgânica e biodetritos dos testemunhos rasos coletados na área de influência das desembocaduras fluviais e com o objetivo de obter parâmetros de diferenciação entre sedimentos de origem natural continental e marinha e de possíveis fontes antrópicas nos últimos anos.</p> <p>Fornecer informações geológicas/geo</p>			<p>dos laboratórios universitários, poucas empresas se interessam e nenhuma empresa se inscreveu. Estamos lançando nova licitação para a mesma finalidade. As demais análises externas estão atrasadas pois precisam ser cuidadosamente especificadas para entrar em licitação e identificar empresas privadas que possam participar da(s) mesma(s).</p>	
--	--	--	--	--	--	--

			<p>morfológicas (granulometria, teor de carbonatos, teor de matéria orgânica, biodetritos) para os sedimentos coletados em 28 estações de coleta, entre os rios São Francisco e Sergipe, para subsidiar aos projetos de Química e Biologia.</p> <p>Realizar estudo comparativo com os resultados dos estudos já realizados pela Petrobras e outras instituições na região plataforma continental de Sergipe e Alagoas</p>				
1440.1 21/200 7	Desenvolvimento do modelo geológico evolutivo para os riftes marinhos	Vl. global 2.722.767,40 Vl.	Voltado ao "Desenvolvimento de Modelo Geológico Evolutivo para	O Projeto já estão em sua etapa final, com aditamentos de prazo para	O projeto já teve Prestações de Contas realizadas	Atrasos em Prestações de Contas e Retardos nos Repasses de	

	do jurássico da bacia Lusitância-Projeto Atlantis	aportado 948.940,69	os Riftes Marinhos do Jurássico da Bacia Lusitânica, Portugal", executado no âmbito do acordo de Cooperação entre a UFS, a UC e a UL. Financiamento Petrobras/CENPES, Programa de Fronteiras Exploratórias. Desenvolvido a partir de 2007.	conclusão de atividades de consolidação de banco de dados e interpretações correspondentes aos objetivos. Foram realizadas entregas de Relatórios Semestrais.		Recursos, entre outros aspectos relacionados ao atendimento de normas de licitações, levaram a retardos nas atividades técnicas e aos Aditamentos de Prazo solicitados e recebidos no projeto.	
1457.094/2008	Estudo da eficiência de matrizes de catalizadores de FCC no Craqueamento de Frações Pesadas de Petróleo	Vl. global 489.886,11 Vl. aportado 388.608,51	Aquisição de catalisadores de FCC com diferentes graus de acessibilidade ; Planejamento experimental das reações de craqueamento; Realizar reações na unidade CREC do INCAPE; Realizar reações de craqueamento na unidade BENCHCAT da UFS	Aquisição de catalisadores de FCC com diferentes graus de acessibilidade e planejamento experimental das reações de craqueamento.	Em contato com a FAPESE - Fundação de Apoio a Pesquisa e Extensão de Sergipe, que é a entidade responsável pela gerência financeira do projeto, fomos informados que ainda não foi feita a prestação de contas parcial deste convênio. Segunda a Fundação a mesma irá providenciar a prestação de contas parcial em tempo hábil com respeito à execução do plano de atividades do	Até o momento o projeto tem sido desenvolvido de forma satisfatória, sem maiores dificuldades	

					projeto.		
1461.0 38/200 9	Estudo pela UFS do uso de solo contaminado com óleo e de resíduos da produção de petróleo como material para pavimentação asfáltica.	Vl. global 691.057,00 Vl. aportado 297.019,00	-Analisar a viabilidade técnica do uso de solo contaminado com óleo e de resíduos da produção de petróleo (granalha, escória de cobre e cascalho de perfuração) em camadas de pavimentos asfálticos em laboratório (através de ensaios) e em campo (em trechos experimentais). -Avaliar as características físicas, química e mecânica dos materiais (solo contaminado com óleo e granalha, escória de cobre e cascalho de perfuração) -Analisar diferentes combinações de resíduos+solos e de resíduos+agregados e determinar a alternativa mais adequada para o uso dos	1.Caracterização geotécnica dos solos = 100 % 2.Caracterização físico-química dos resíduos = 50%; 3 Reuniões internas de avaliação	O Projeto terá 24 meses de execução, e, conforme previsto no convênio, há uma prestação de contas ao término do prazo	Embora o convênio só tenha atualmente 6 meses de execução, espera-se que nenhum agente externo ou interno atrapalhe o andamento do referido projeto;	

			resíduos, assim como a quantidade adequada de resíduos para ser adicionado na mistura com solos ou na mistura asfáltica -Analisar os resultados dos ensaios e determinar qual alternativa mais adequada para o uso dos resíduos -Elaborar o projeto e executar a construção de trechos experimentais empegando os resíduos em camadas de pavimentos asfálticos (base, sub-base ou revestimento) -realizar o acompanhamento do desempenho dos trechos experimentais				
1473.0 49/09	Realização do Projeto de Extensão Universitária "Centro de Educação e Memória do Atheneu	Vl.glob al 28.900,00	O projeto "CENTRO DE EDUCAÇÃO MEMÓRIA DO ATHENEU - SERGIPENSE - CEMAS", aprovado por Edital N.	Foram identificados, higienizados e catalogados mais de 500 documentos, entre atas, ofícios, livros	Em julho de 2009 foi feita a prestação de contas parcial do projeto, devendo ser ainda feita a prestação de	Declaro que o projeto foi desenvolvido, em parte, dentro do previsto. Alguns trâmites da	

	Sergipense - CEMAS"		01/2008/PROEXT/M EC/CULTURA, tem por objetivo higienizar, acondicionar, digitalizar e socializar o preciso acervo da instituição oficial de estudos secundários de Sergipe, criada no ano de 1870. O projeto visa também criar informações necessárias para salvaguardar o patrimônio cultural e manter exposição permanente da memória educacional e social do Atheneu Sergipense que é parte significativa da memória do Estado de Sergipe	de matrículas, referentes a parte administrativa e pedagógica do Atheneu Sergipense no período compreendido entre os anos de 1849 a 1850. A documentação está arquivada em sala denominada CEMAS, cedida pela Direção da instituição, com ficha de identificação e guia de fontes, podendo ser consultado esse acervo pela comunidade interessada. Cabe ainda dizer que foi produzido um vídeo documentário sobre as etapas de desenvolvimento do projeto	contas final até o dia 30 de janeiro deste	instituição dificultaram a compra de matérias permanentes, previsto no projeto	
1476.0 97/200 8	Participação da Petrobrás na Construção da Infraestrutura para síntese de catalizadores zeolíticos do laboratório de	Vl. global 360.150 ,00	Implementar a infra- instrutora básica voltada a síntese e caracterização de matérias zeolíticas a	Até o momento foram adquiridos quase que na totalidade os equipamentos previstos no projeto, tornando bom o	Em contato com a FAPESE - Fundação de Apoio a Pesquisa e Extensão de Sergipe, que é a entidade responsável pela	Até o momento o projeto tem sido desenvolvido de forma satisfatória, sem maiores dificuldades.	

	catálise do DEQ;		ser realizada no laboratório de catalise (LABCAT) da Universidade Federal de Sergipe através da adaptação da infraestrutura física e aquisição e instalação de equipamentos de modo a realizar estudos de novas rotas de síntese de zeolitas ZSM-12 de baixo custo.	nível de eficácia da UFS no desenvolvimento do referido projeto	gerência financeira do projeto, fomos informados que ainda não foi feita a prestação de contas parcial deste convênio. Segundo a Fundação, a mesma irá providenciar a prestação de contas parcial, de modo a poder receber a segunda parcela dos recursos pela Petrobras para dar continuidade na execução do projeto		
1478.0 53/09	Instalação do Campus de Lagarto e Implantação dos cursos de graduação	Vl. global 27.441.000,00 Vl. aportado 800.000,00	Estabelecimento de cooperação mútua entre a Universidade Federal de Sergipe e o Estado de Sergipe, através da Secretaria de Estado do Planejamento, visando a instalação do Campus de Lagarto e a implantação dos cursos de graduação em Medicina,	-Processo em andamento de doação de terreno de aproximadamente 387 mil metros quadrados, do Estado de Sergipe, à UFS; -Depósito na Conta Única da União, pelo Governo do Estado de Sergipe, da primeira parcela prevista no convênio, no valor de R\$ 800.000,00, a serem aplicados	Não houve prestação de contas parcial. Foram empenhados aproximadamente R\$ 650 mil dos R\$ 800 mil já liberados pelo Governo do Estado de Sergipe. O convênio estipula que a liberação da parcela subsequente somente será realizada após a prestação de contas parcial.	Houve um considerável atraso em relação ao cronograma inicial por conta do pedido de impugnação da Tomada de Preços nº 01/2009 (Projetos Arquitetônicos), o que prejudicou o cumprimento dos prazos inicialmente estipulados	

			<p>Odontologia, Engenharia; Enfermagem, -Licitação para a Nutrição, elaboração do Fisioterapia, Plano Diretor e Fonoaudiologia, Projetos Farmácia e Arquitetônicos Terapia Prediais (Tomada Ocupacional, na de Preços nº cidade de de 01/2009) - Lagarto, Estado Lagarto, Estado - de Sergipe; de Sergipe; contratada a empresa Digitalize por R\$ 135.590,55. Conclusão prevista para 24/02/2010; -Licitação para realização de sondagens geotécnicas do sub-leito e testes de absorção da área destinada ao campus de Lagarto/SE (Tomada de Preços nº 05/2009) - contratada a empresa Sonda Engenharia por R\$ 74.261,00; -Licitação para realizar o cercamento do terreno (Concorrência nº 12/2009) contratada a empresa ART Projetos e Construções, por</p>		<p>pela coordenação do projeto.</p>	
--	--	--	---	--	---	--

				R\$ 286.332,29; -Licitação para elaboração dos projetos de terraplanagem do terreno, projetos de obras especiais de arrimo e revestimentos de taludes, implantação (partido urbanístico), projeto de drenagem de águas pluviais, projeto de pavimentação, projeto de acessibilidade, projeto de sinalização vertical e horizontal, projeto de ciclovias e estacionamentos. (Tomada de Preços nº 09/2009) - contratada a empresa AAS Projetos e Obras LTDA, por R\$ 154,536.62;			
1479.0 54/09	Desenvolvimento de Tecnologias Sustentáveis para a produção de Olerícolas no município. de Itabaiana/SE	Vl. global 329.958 ,50 Vl. aportado 225.142	1.Conhecer a realidade do agroecossistema à diagnose de aspectos frágeis no sistema de	1.Foi efetuado o diagnóstico das características sociais e técnicas de 30 sistemas de produção de hortaliças	Já houve prestação de contas parcial por parte de Sociedade Semear.	A demora na formalização do convênio atrasou o projeto em três meses; O excesso de burocracia na	

		,76	<p>produção de olerícolas e a recomendação de práticas que busquem a sua sustentabilidade e</p> <p>2. Realizar a análise toxicológica do solo e da água frente à elevada utilização de agroquímicos, objetivando avaliar o nível de contaminação destes recursos naturais</p> <p>3. Avaliar as características químicas, físicas e biológicas do solo frente ao uso intensivo com o cultivo de olerícolas e propor metodologias específicas visando à nutrição racional de plantas</p> <p>4. Recomendar cultivares adaptadas e tecnologias</p>	<p>através da metodologia do Diagnóstico Rápido Participativo de Agroecossistemas (DRPA) e das visitas para entrevistas estruturadas. A partir do diagnóstico foram selecionados os temas das pesquisas e cursos a serem realizados</p> <p>3. Análises realizadas em todas as propriedades vinculadas ao projeto, sendo entregue a recomendação de adubação de acordo com os resultados das análises. Nas propriedades que realizaram a adubação em conformidade com a recomendação à estão sendo conduzidos experimentos para avaliar se houve aumento efetivo da produção</p> <p>4. Foi implantada a Fazenda Modelo</p>		<p>compra de materiais e na contratação de serviços, na fase do projeto referente ao convênio anterior, foi responsável por sucessivos atrasos no cronograma do projeto.</p>
--	--	-----	--	---	--	--

		<p>adequadas, visando o aumento da produtividade, a redução do uso de agroquímicos e o fornecimento de produtos de melhor qualidade</p> <p>5. Diagnosticar a realidade dos sistemas de irrigação no agroecossistema, com o intuito de reorganizar a prática de irrigação, através do manejo e operações racionais</p> <p>6. Adequar conhecimentos técnicos-científicos para o uso de métodos alternativos de controle para pragas e doenças, com enfoque no manejo integrado e na sustentabilidade e da produção de olerícolas pelo pequeno</p>	<p>de Produção de Olerícolas do projeto no município de Itabaiana, contando com uma moderna e espaçosa casa de vegetação. Na fazenda estão sendo testadas diferentes</p> <p>5. Observou-se um desperdício generalizado de água para irrigação, tanto por má conservação dos equipamentos quanto por manejo inadequado. O consumo de água foi minimizado em muitas propriedades, resultando em redução de gastos para os proprietários.</p> <p>6. Os métodos alternativos foram recomendados e adotados, embora por uma pequena parte dos produtores. Aqueles mais resistentes aos métodos</p>		
--	--	---	---	--	--

			<p>produtor</p> <p>7. Implantar um modelo de gestão sustentável ajustado às características das empresas agrícolas que se dedicam à produção de olerícolas no município de Itabaiana</p> <p>8. Oferecer aos produtores integrantes do projeto cursos de capacitação e treinamentos</p>	<p>alternativos, ao menos passaram a utilizar produtos recomendados para as culturas e nas dosagens corretas. Uma minoria permanece usando agroquímicos inadequados</p> <p>7.0 modelo está sendo construído de forma participativa, porém a baixa escolaridade dificulta os registros necessários para qualquer forma de organização. Um curso de alfabetização foi proposto, mas ainda não confirmamos participantes suficientes para montar uma turma. Os conceitos de sustentabilidade, controle de origem da produção e rastreabilidade estão sendo repassados e recebidos com entusiasmo por grande parte dos produtores.</p>		
--	--	--	--	--	--	--

				<p>Observa-se a formação de um grupo com interesse no associativismo</p> <p>8. Já foram realizados 26 minicursos e estão programados mais 8. Foram elaboradas e impressas cartilhas para produtores e familiares</p>			
1480.0 55/09	Gestão Executiva do Núcleo Regional de Competência em Tecnologia de Petróleo, Gás e Biocombustível	Vl. global 222.395,76 Vl. aportado 222.395,76	Esse convênio tem como objetivo viabilizar a execução da gestão executiva do Núcleo Regional de Competência em Tecnologia de Petróleo, Gás e Biocombustível (NUPEG-SE), que está no âmbito do Programa de Criação de Infra-Estrutura, formação e capacitação de Recursos Humanos, desenvolviment o de projetos	Os recursos provenientes desse convênio foram disponibilizados a partir do mês de julho de 2009 e têm sido utilizados para a manutenção da estrutura técnico-administrativa do NUPEG-SE, desse modo os resultados alcançados dizem respeito ao pleno funcionamento do Núcleo, atendendo às despesas operacionais, de transporte e pagamento de Pessoal,	Tendo em vista as características do plano de trabalho, o aporte financeiro para o presente Convênio foi realizado em parcela única, repassada quando da assinatura do mesmo. O convênio prevê a elaboração de relatórios trimestrais que são repassado para a PETROBRAS. Nesses relatórios são apresentados os desembolsos financeiros referentes ao Convênio, de tal modo que servem para o acompanhamento do	Até a presente data não existiram quaisquer fatos que prejudicassem o desempenho do convênio. No entanto, em função do atraso das obras de infra-estrutura física do NUPEG-SE, faz-se necessário o remanejamento dos recursos destinados ao convênio, o que garantiria a manutenção do Núcleo até o final do	A prestação de contas final, com todos os comprovantes de execução financeira, ainda serão encaminhados pela FAPES (Instituição Executora) ao final do Convênio, conforme previsto.

			e execução de serviços tecnológicos.	conforme previsto no Convênio.	convênio por parte da Petrobras e também como instrumento de prestação de contas	Convênio	
1.484.059/09	Desenvolver Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras-PEAC	Vl. global 546.724,44 Vl. aportado 437.379,55	Desenvolver pesquisas subsidiadoras e processos de mobilização e formação de lideranças comunitárias para a fundação do Conselho Gestor do PEAC, atuando especificamente para: Mobilizar e organizar as 98 comunidades afetadas pelo PEAC para a criação dos fóruns locais de discussão; Impulsionar o processo sistemático de educação ambiental como mediação fundamental do conjunto das atividades do PEAC; Dialogar com o	Formação do Conselho Gestor, com eleição da diretoria, de forma participativa e coletiva; Desenvolver competências comunitárias para garantir a mitigação dos reflexos da exploração do petróleo e gás, através da auto-gestão; Estreitamento das relações entre a Petrobrás e a UFS e fortalecimento de linhas de pesquisa e extensão em torno dos processos envolvidos no licenciamento do petróleo e gás, particularmente nos aspectos demandantes da área social; Também serão produzidos dois	A instituição executora realizou uma prestação de contas financeira referente ao período de 12 de junho a 30 de outubro, junto a Petrobras, sobre a qual não tive nenhuma interferência mas que, creio, pode ser solicitada à FAPESE, pela UFS, a qualquer tempo. A prestação de contas final ocorrerá somente após 30 de janeiro, prazo de vigência do convênio depois de aditado. Cabe ressaltar que ainda estamos cumprindo atividades do projeto conveniado, notadamente até 26 de janeiro e depois temos até dia 30 do mesmo mês para entregar	Os fatos que tem dificultado o desenvolvimento do convênio são referentes à relação com a instituição executora, a FAPESE, tendo em vista muitos entraves relativos, principalmente, à demora para aquisição de equipamentos, processos licitatórios, etc.	

			<p>PMPDP (Programa de monitoramento participativo de desembarque pesqueiro) se utilizando dos dados produzidos por esse programa para subsidiar o Conselho Gestor.</p> <p>Produzir conhecimentos acerca da realidade sócio-econômica e cultural das comunidades, dialogando com a extensão pesqueira e os dados já acumulados no PEAC;</p> <p>Contribuir para a "mobilização e envolvimento dos pescadores e pescadoras na construção de um processo de gestão pesqueira a ser desenvolvido pelo IBAMA/SE e SEAP", conforme explicitado na PMPDP;</p> <p>Produzir</p>	<p>artigos científicos e dois trabalhos para ser apresentados em eventos científicos, com o objetivo de publicizar a experiência da pesquisa-ação;</p> <p>No que se refere ao eixo Edu - comunicação, propomo-nos como resultado a demonstração da maior visibilidade do PEAC, sobretudo pelas comunidades costeiras e seus municípios sedes, além de uma proposta mais consubstanciada de elaboração de um Programa de Edu - comunicação".</p> <p>2) No que tange aos resultados alcançados, cabe dizer que, às vésperas do encerramento do convênio - a ocorrer em 30 de janeiro - cumprimos as principais metas</p>	<p>o relatório final.</p> <p>A FAPese, como também a Petrobras, dispõem de vários relatórios parciais dos momentos cumpridos durante os últimos meses, que a COGEPLAN pode ter acesso, se assim achar necessário.</p>	
--	--	--	---	--	---	--

			<p>coletivamente conhecimentos sobre o papel histórico e atual da estratégia conselheira;</p> <p>Debater minuciosamente e fazer aprovar o regimento interno do Conselho Gestor do PEAC;</p> <p>Assessorar e assegurar as condições para o processo de eleição da direção do Conselho Gestor do PEAC;</p> <p>Formar novos pesquisadores em iniciação científica;</p> <p>Assessorar a direção eleita do Conselho Gestor do PEAC no planejamento das atividades com vistas a assegurar o cumprimento das prioridades definidas pelas comunidades;</p> <p>Desenvolver uma</p>	<p>estabelecidas. A tarefa primordial assumida, que era um trabalho de mobilização e formação comunitária para a formação do Conselho Gestor do Programa de Educação da Petrobrás UN-SEAL, foi cumprida, culminando num grande Encontro onde foi eleita a primeira diretoria do Conselho, ocorrido de 09 a 11 de dezembro de 2009.</p> <p>Pode-se dizer que a Petrobras está satisfeita com o desenvolvimento das atividades. Porém, o mais importante é o aspecto acadêmico, com o crescimento teórico, metodológico e político dos 10 bolsistas vinculados e os reflexos que este processo tem na formação profissional de</p>		
--	--	--	---	--	--	--

			<p>iniciativa embrionária de comunicação social do PEAC através da estratégia de Edu - comunicação.</p> <p>Promover um processo de avaliação e monitoramento do PEAC de forma qualitativa de acordo com o plano geral de trabalho de 2007"</p>	<p>nossos alunos. Ademais, a UFS se aproximou e se mostrou, nos últimos cinco meses, junto às comunidades costeiras sergipanas, contribuindo, através da extensão, com a capacitação e o fortalecimento dos grupos mais socialmente vulnerabilizados que aí vivem. O desenvolvimento das atividades reflete-se, também, sobre a produção do conhecimento no DSS, com o início do que pode se tornar mais uma linha de pesquisa - a questão ambiental e a educação ambiental.</p>			
1500.0 74/09	Programa de Monitoramento Participativo do Desembarque Pesqueiro	Vl. global 688.955,3					
1509.0 83/09	Projeto de implantação de sistemas informatizados de	Vl. global 900.000,00	Execução do Projeto de Implantação de sistemas		Não ocorreu em virtude da fase inicial do projeto	Não ocorreram fatos que prejudicassem o desempenho	

	gestão de informações	Vl. aportado 300.000,00	informatizados de gestão de informações administrativas, acadêmicas e de recursos humanos			da cooperação técnica	
1521.0 95/09	Desenvolvimento de Aditivo polimérico para escoamento de óleo pesado	Vl. global 360.000,00 Vl. aportado 97.300,00	Objetivo Geral Sintetizar e caracterizar polímeros anfifílicos e avaliar a viabilidade técnico-econômica da sua aplicação no escoamento de óleos pesados. Metas Físicas • Obter polímero anfifílico capaz de corrigir perfil de escoamento de fluido de alta viscosidade; • Modelar e simular a injeção de polímero anfifílico e avaliar sua possibilidade de uso como facilitador de escoamento de fluido de alta	O conhecimento das assinaturas dos convênios se deu em 27/10/2009 e os recursos para o desenvolvimento dos mesmos foram repassados para a FAPESU no mês de novembro; razões pelas quais estes se encontram em fase inicial, realizando: levantamento do estado da arte e delineamento do desenvolvimento experimental.	No momento, não se aplica	Sim. O projeto em tela está sendo iniciado e a impossibilidade de implementação das bolsas de Iniciação Tecnológica Industrial (ITI), contempladas nos projetos, pela Instituição Conveniente (FAPESU) que só pode pagar bolsa estágio aos alunos de graduação da UFS, dificulta o andamento dos convênios. A implementação de bolsa estágio no desenvolvimento de projeto de pesquisa P&D não só gera uma distorção no que se refere	

		<p>viscosidade em diversos meios;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a produção de petróleo em campos maduros; • Gerar tecnologia para obtenção de polímero anfifílico; • Gerar competência local e regional na área de caracterização de materiais poliméricos; • Fortalecer o grupo de pesquisa GPDCMat/DEQ/UFS na área de pesquisa Ciência e Engenharia de Petróleo e gás Natural; • Formar recursos humanos em Ciência e Engenharia de Petróleo e Gás Natural através do Curso de Mestrado Acadêmico em Engenharia Química, autorizado pela CAPES e implantado em 			<p>ao que é estágio, como compromete o sigilo dos resultados parciais da pesquisa, além de introduzir um terceiro elemento no processo, o orientador do estágio, que não tem nada a ver com o desenvolvimento da pesquisa e, portanto nada tem a orientar.</p> <p>A participação de alunos bolsistas nas atividades de P&D é estudar o assunto relacionado ao tema em desenvolvimento, sob a orientação da equipe executora do projeto de pesquisa, consolidar e enriquecer os conhecimentos adquiridos em sala de aula, desenvolver a capacidade de</p>
--	--	---	--	--	--

			<p>março de 2007.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formação de recursos humanos na área de síntese de polímeros; • Aumentar a publicação dos pesquisadores do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento e Caracterização de Materiais (GPDCMat) em revistas especializadas nacionais e internacionais; 			<p>iniciativa e o censo crítico através das atividades realizadas e das análises dos resultados experimentais obtidos, fortalecendo assim a sua formação acadêmica. Em contra partida, o aluno bolsista auxilia o pesquisador, na execução e tratamento dos dados experimentais obtidos.</p> <p>Hoje, por conta da impossibilidade e da FAPESB pagar bolsa de pesquisa P&D a alunos, trabalha-se com alunos voluntários, sem nenhuma remuneração, mesmo tendo recurso para tal.</p>	
1530.1 04/09	Estudo da Eficiência de Poli na inibição	Vl. global 609.577	Objetivo Geral Sintetizar poli(hidrix-	O conhecimento das assinaturas dos convênios se	No momento, não se aplica	Sim. O projeto em tela está sendo iniciado	

<p>de Precipitação e Deposição de Orgânicos na extração de petróleo no Cenário dos campos do Pré-Sal</p>	<p>,89 Vl. aportad o 167.400 ,00</p>	<p>alquil- acrilamidas) e avaliar a sua eficiência na precipitação e deposição de substâncias orgânicas durante o escoamento de petróleo em poços no cenário do pré- sal.</p> <p>Metas Físicas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvol ver um aditivo para inibir a precipitação e deposição de substâncias orgânicas na extração e produção de petróleo no cenário do pré- sal; • Modelar e simular precipitação e deposição de substâncias orgânicas na extração e produção de petróleo no cenário do pré- sal; • Contribu ir para o desenvolvimento de processo de 	<p>deu em 27/10/2009 e os recursos para o desenvolvimento dos mesmos foram repassados para a FAPESE no mês de novembro; razões pelas quais estes se encontram em fase inicial, realizando: levantamento do estado da arte e delineamento do desenvolvimento experimental.</p>		<p>e a impossibilidade de implementação das bolsas de Iniciação Tecnológica Industrial (ITI), contempladas nos projetos, pela Instituição Conveniente (FAPESE) que só pode pagar bolsa estágio aos alunos de graduação da UFS, dificulta o andamento dos convênios.</p> <p>A implementação de bolsa estágio no desenvolvement o de projeto de pesquisa P&D não só gera uma distorção no que se refere ao que é estágio, como compromete o sigilo dos resultados parciais da pesquisa, além de introduzir um terceiro</p>	
--	--	---	---	--	--	--

			<p>extração e produção de petróleo no cenário do pré-sal;</p> <ul style="list-style-type: none"> Formar mão-de-obra especializada no tema proposto, contribuindo para o desenvolvimento tecnológico nacional; 			<p>elemento no processo, o orientador do estágio, que não tem nada a ver com o desenvolvimento da pesquisa e, portanto nada tem a orientar.</p> <p>A participação de alunos bolsistas nas atividades de P&D é estudar o assunto relacionado ao tema em desenvolvimento, sob a orientação da equipe executora do projeto de pesquisa, consolidar e enriquecer os conhecimentos adquiridos em sala de aula, desenvolver a capacidade de iniciativa e o senso crítico através das atividades realizadas e das análises dos resultados experimentais obtidos,</p>	
--	--	--	--	--	--	---	--

						<p>fortalecendo assim a sua formação acadêmica. Em contra partida, o aluno bolsista auxilia o pesquisador, na execução e tratamento dos dados experimentais obtidos.</p> <p>Hoje, por conta da impossibilidade e da FAPESE pagar bolsa de pesquisa P&D a alunos, trabalha-se com alunos voluntários, sem nenhuma remuneração, mesmo tendo recurso para tal.</p>	
1532.1 06/2009	Povoamentos Agroflorestais em Áreas de Assentamento para Consumo e Sustentabilidade energética Diminuindo a Florestal de Caatinga	Vl. global 37.631,00	Tentar diminuir a extração ilegal de espécies arbóreas nativas usando Sistemas Agroflorestais (SAFs).	Ainda não há resultados já que o projeto foi aprovado em dezembro de 2008 e só assinado pelas partes BNB/UFS/FAPESE em 02 de junho de 2009, sendo que o resultado só foi liberado	Ainda não há, somente agora a FAPESE está fazendo a cotação dos materiais pertinentes ao andamento do projeto.	A morosidade que se refere à tramitação de documentos para assinatura de convênios entre as partes é o principal gargalo no	

				pela FAPESSE em agosto do mesmo ano, ou seja, o projeto ficou para quase um ano. Dessa forma, somente em meados de outubro, a coordenação do projeto começou a fazer as devidas solicitações dos materiais necessários para o início das atividades. Sendo assim, o projeto começará realmente em fevereiro de 2010		desempenho do projeto.	
1536.1 10/09	Desenvolvimento de revestimento inteligente com traçabilidade ótica, baixa fricção e baixa molhabilidade para uso com óleos parafínicos e asfaltênicos e com CO2	Vl. global 1.209.962,80	Desenvolvimento de soluções de revestimento Inteligente que permita a traçabilidade ótica de seu desgaste físico e químico e que apresente baixa fricção e baixa molhabilidade especialmente para uso com óleos parafínicos e asfaltênicos e	O projeto foi assinado pelas universidades envolvidas (UFS e UFBA) e a PETROBRAS/CENPES, entretanto os recursos ainda não foram liberados e consequentemente as atividades não foram iniciadas.	Não. Não houve liberação dos recursos	Sim. A demora na liberação dos recursos	

			com CO2.				
1539.1 13/200 9	Execução do Projeto "Estudo e Dimensionamento de um Biodigestor Piloto"	Vl. global 28.750,00	Promover as condições para o desenvolvimento de inovações em tecnologias sociais sustentáveis, produtos e processos, para a operacionalização de um biodigestor piloto, que através do lixo orgânico, produza biogás para cocção e biofertilizante. 1.2) Objetivos específicos: • Estudar a viabilidade do emprego de biodigestor baseado no modelo Capixaba; • Dimensionar o biodigestor modelo Capixaba; • Construir	Como o projeto está na fase inicial ainda não foi alcançado nenhum resultado, mas os resultados esperados são: Indicadores de progresso após 06 (seis) meses de projeto: Será elaborado um relatório mostrando o estudo da arte, o procedimento de instalação do biodigestor na Cozinha Solar e os resultados dos testes iniciais, além da produção literária sobre o dimensionamento do modelo escolhido. Indicadores de resultados ao final do projeto: Produção e purificação de biogás a ser destinado a cocção na Cozinha solar. Consolidação de	Não houve nenhuma prestação de contas, pois o projeto está em fase inicial.	Atraso na liberação dos recursos	

			<p>r o biodigestor na Cozinha Solar;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Utilizar o gás produzido pela reação anaeróbia para cocção na cozinha • solar a fim de garantir a experimentação do piloto; • Aumentar a intervenção da Cozinha Solar na comunidade, estabilizando seu • funciona mento diário, possibilitar um aumento na demanda e uma melhor gestão • de resíduos sólidos orgânicos; • Produzir o biofertilizant e como co-produto, estudar a viabilidade de sua 	<p>uma tecnologia social e ambiental, pois com desenvolvimento do biodigestor, estudos serão feitos mostrando a viabilidade de sua aplicação em comunidades socialmente vulneráveis, para que no futuro além do João Alves, outras comunidades possam ser assistidas. A inclusão do piloto do biodigestor na Cozinha Solar garantirá o contínuo funcionamento da cozinha, possibilitará o aumento na demanda a ser atendida, a conscientização da população e da comunidade científica, para que estes despertem interesses em valorizar a região, garantindo</p>		
--	--	--	---	---	--	--

			<ul style="list-style-type: none"> • utilização pela comunidade; • Dar suporte tecnológico há experimentos consociados de energias • alternativas, a fim de incentivar a construção de protótipos que sirvam a <ul style="list-style-type: none"> • comunidades isoladas, cooperativas e comunidades socialmente vulneráveis; • Desenvolver experimentos a fim de aperfeiçoar o processo para que no futuro essa tecnologia alcance outras comunidades; • Avaliar balanço energético e ambiental do uso dessa tecnologia na Cozinha 	<p>possibilidades de criação de novos negócios, usando o conhecimento acumulado pelos moradores, dinamizando a economia local e gerando um processo de "aceleração evolutiva".</p> <p>Repercussão e/ou impactos dos resultados:</p> <p>O desenvolvimento deste projeto, adicionalmente aos conhecimentos adquiridos e vivenciados em tecnologia social, engenharia e ambientalismo, promoverá uma mudança comportamental onde os indivíduos de comunidades vulneráveis poderão ter consciência da potencialidade dos resíduos orgânicos na geração de biogás, este quando</p>		
--	--	--	--	---	--	--

			<ul style="list-style-type: none"> • Solar; Divulgar na comunidade científica os resultados obtidos, através da produção literária. 	<p>aplicado para cocção, aquecimento e conversão em eletricidade, será uma alternativa sustentável para melhoria de renda, bem como a gestão do lixo, dois graves problemas que assolam esses indivíduos. Com difusão desse conhecimento através do estudo piloto do biodigestor, outras idéias poderão ser incentivadas, será a esperança de novas ações. Ações estas que podem ser estendidas em comunidades isoladas onde a energia elétrica se torna cara pelo difícil acesso, ou mesmo em lugares em que a população sofre com o frio. Desta forma, conclui-se que os benefícios</p>			
--	--	--	--	---	--	--	--

				<p>são nobres e significativos em relação aos recursos investidos, tendo como retorno principal a consolidação de pilotos biodigestores que poderão ser aplicados em comunidades de baixa renda, onde contribuirá com o desenvolvimento sustentável do Estado de Sergipe.</p>			
1566.1 40/09	<p>Desenvolvimento do Projeto de P&D intitulado "Estudo do processo GTL (Gás to Liquid) Milicanais em escala piloto visando futuras aplicações offshore"</p>	<p>Vl. global 1.955.723,71</p>					

f) VERIFICAÇÃO DA CONSISTÊNCIA DOS ATOS RELACIONADOS AFOLHA DE PAGAMENTO DE PESSOAL

Por ocasião dos trabalhos de auditoria realizados na área de Recursos Humanos, foram verificados os atos de cessão de pessoal a outros órgãos e Instituições, como também, os processos de revisão da folha de pagamento dos servidores, conforme quadro abaixo, sendo verificadas as formalidades e as providências adotadas em vista a sua legalidade, sem que fossem constatados aspectos de natureza relevante que incorressem em ressalvas.

Item	Matrícula	Servidor	Situação
1	426153	Roberto de Carvalho Lima	Aposentado
2	425601	Maria Joanita dos Santos	Aposentado

IV - Fatos relevantes de natureza administrativa ou organizacional com impacto sobre a auditoria interna.

Os fatos administrativos que influenciaram as atividades da auditoria interna no exercício foram: A expansão da Instituição com a descentralização administrativa, ampliação física, reforma e reaparelhamento de prédios, laboratórios, estruturas e setores, gerando um aumento no número das licitações, além dos atos, ações, processos e procedimentos administrativos, bem como a contratação de novos servidores, resultando numa maior demanda das atividades de auditoria; somado a estes, houve o aumento das solicitações de assessoramento pelos diversos gestores da Instituição quando do atendimento a solicitações de auditoria da Controladoria Geral da União, cujas demandas no exercício foram intensas. Ainda no primeiro semestre, um servidor da CCI, atuou diretamente na organização do XXX - Fórum Nacional dos Auditores das Instituições de Ensino Vinculadas ao Ministério da Educação, realizado na Cidade de Aracaju, o que demandou pelo menos 40 dias úteis na organização do evento, sendo que na semana que antecedeu ao mesmo, bem como na semana do evento as atividades da CCI ficaram parcialmente suspensas; No segundo semestre, um dos servidores se afastou durante 30 dias em virtude de licença médica; Outro fator foi a não reposição de um servidor técnico, para substituir a que se afastou em 2008 por motivo de aposentadoria, o que deixou limitada a oferta de homens/horas do setor.

V - Desenvolvimento institucional e capacitação da auditoria interna.

* Participação dos servidores da CCI, no período de 08/06/09 a 12/06/09, no XXX Fórum Nacional dos Auditores Internos das Instituições Federais de Ensino - FONAI/MEC, na cidade de Aracaju-SE. O resultado obtido foi a troca de experiências profissionais, padronização e aperfeiçoamento de técnicas e procedimentos das auditorias internas vinculadas ao Ministério da Educação.

* Participação do servidor José Erivaldo dos Santos, no período de 09/11/09 a 13/11/08, no XXXI Fórum Nacional dos Auditores Internos das Instituições Federais de Ensino - FONAI/MEC, na cidade de Brasília-DF. O resultado obtido foi a interação com os demais representantes das IFES do MEC, tendo por fim agregar novos conhecimentos e experiências, para o aperfeiçoamento de técnicas e procedimentos no desenvolvimento atividades de auditorias, em especial a padronização do PAINT/2010 e o curso de auditoria governamental.

* Participação do servidor André Luís Oliveira Feitosa, no curso prático de Auditoria no Âmbito Governamental, no período de 09/11/09 a 13/11/09, na cidade de São Paulo, promovido pela Consultre Ltda. O resultado obtido foi a absorção de novos conhecimentos relacionados a auditoria governamental, em especial com a apresentação de um modelo de matriz de risco a ser implantado na UFS.

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos,
1º de fevereiro de 2010.

Adm^a Sandra Lúcia Alves Matias
Adm^a no Exercício das Atividades de Auditoria

Contador André Luis de Oliveira Feitosa
Auditor

Contador José Erivaldo dos Santos
Coordenador de Controle Interno